

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	05	343.678	139.492	345.551	142.824
Aplicações financeiras	05	38.453	87.636	38.453	87.936
Banco conta vinculada	06	-	20.865	-	23.128
Contas a receber de clientes	07	432.038	558.965	371.384	452.593
Estoques	08	1.511.633	923.995	1.546.971	937.369
Impostos e contribuições a recuperar	09	76.403	70.927	88.629	72.742
Outros ativos circulantes	10.1	7.002	50.646	6.850	50.657
Instrumentos financeiros derivativos	28	85.554	32.934	85.591	32.958
Despesas antecipadas		9.181	12.332	10.053	12.829
Total do ativo circulante		2.503.942	1.897.792	2.493.482	1.813.036
Aplicações financeiras	05	13.906	6.062	14.632	6.062
Contas a receber de clientes	07	309	1.845	17.895	21.497
Impostos e contribuições a recuperar	09	112.756	144.340	112.756	144.439
Ativos mantidos para venda	11	111.548	110.568	111.548	110.568
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.1	40.283	-	55.381	14.208
Depósitos de demandas judiciais	10.2	28.248	33.801	28.248	33.801
Outros ativos não circulantes	10.1	81.544	82.375	81.544	82.376
Despesas antecipadas		12.719	11.201	12.720	11.201
		401.313	390.192	434.724	424.152
Investimentos	12	14.332	7.179	-	-
Outros investimentos		2.250	2.250	2.250	2.250
Ativo imobilizado	13	1.273.541	1.294.487	1.274.584	1.295.633
Ativo intangível	13	6.451	9.341	6.451	9.341
		1.296.574	1.313.257	1.283.285	1.307.224
Total do ativo não circulante		1.697.887	1.703.449	1.718.009	1.731.376
Total do ativo		4.201.829	3.601.241	4.211.491	3.544.412

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fornecedores	14	800.898	212.373	801.203	153.743
Operações com forfait e cartas de crédito	15	41.819	595.833	41.819	595.833
Empréstimos e financiamentos	16	120.973	1.845.131	120.977	1.845.140
Instrumentos financeiros derivativos	28	183.670	154.072	183.670	154.084
Salários e encargos sociais	17	49.606	42.008	49.767	42.306
Impostos e contribuições a recolher	18	21.219	16.208	25.827	16.470
Dividendos a pagar	20	24.429	24.560	24.429	24.560
Adiantamentos de clientes	20	33.799	9.332	37.520	9.704
Outros passivos circulantes	20	42.906	47.416	43.769	48.264
Total do passivo circulante		1.319.319	2.946.933	1.328.981	2.890.104
Fornecedores	14	604	28	604	28
Empréstimos e financiamentos	16	1.807.001	-	1.807.001	-
Impostos e contribuições a recolher	18	178	465	178	465
Provisão para demandas judiciais	19	186.205	189.454	186.205	189.454
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.2	-	207.351	-	207.351
Total do passivo não circulante		1.993.988	397.298	1.993.988	397.298
Total do passivo		3.313.307	3.344.231	3.322.969	3.287.402
Capital social	21.a	1.979.376	1.382.990	1.979.376	1.382.990
Debêntures conversíveis em ação	21.b	110.602	-	110.602	-
Reservas de reavaliação	21.i	218.917	226.827	218.917	226.827
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	(1.005.276)	(1.065.570)	(1.005.276)	(1.065.570)
Ações em tesouraria		(741)	(741)	(741)	(741)
Prejuízos acumulados		(414.356)	(286.496)	(414.356)	(286.496)
Patrimônio líquido	21	888.522	257.010	888.522	257.010
Total do patrimônio líquido		888.522	257.010	888.522	257.010
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.201.829	3.601.241	4.211.491	3.544.412
Valor patrimonial por ação – em reais (R\$)		1,29	0,81		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto (prejuízo) lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita líquida de vendas	22	4.049.267	5.108.275	3.508.460	4.586.455
Custo dos produtos vendidos	23	(3.820.888)	(4.776.852)	(3.263.895)	(4.236.587)
Lucro bruto		228.379	331.423	244.565	349.868
Comerciais	23	(26.078)	(31.186)	(28.072)	(34.022)
Gerais e administrativas	23	(65.812)	(75.074)	(68.772)	(78.127)
Honorários da administração	12.3	(7.398)	(7.103)	(7.398)	(7.103)
Equivalência patrimonial	12.1	7.153	(122)	-	-
Participação dos empregados e administradores		(22.926)	(14.011)	(22.918)	(14.022)
Outras despesas operacionais	24	(484.826)	(305.589)	(489.755)	(307.208)
Outras receitas operacionais	24	31.040	45.938	31.072	57.118
Despesas operacionais		(568.847)	(387.147)	(585.843)	(383.364)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(340.468)	(55.724)	(341.278)	(33.496)
Despesas financeiras	25	(662.989)	(1.558.344)	(687.588)	(1.586.276)
Receitas financeiras	25	470.632	1.482.605	499.778	1.490.468
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(532.825)	(131.463)	(529.088)	(129.304)
Imposto de renda e contribuição social corrente	26.2	-	-	(4.628)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.2	397.055	(241.705)	397.946	(243.864)
Imposto de renda e contribuição social		397.055	(241.705)	393.318	(243.864)
Prejuízo do exercício		(135.770)	(373.168)	(135.770)	(373.168)
Prejuízo básico por ação ordinária em reais		(0,3206)	(1,1692)		
Prejuízo diluído por ação ordinária em reais		(0,2786)	(1,1692)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo do exercício	(135.770)	(373.168)	(135.770)	(373.168)
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	60.294	285.702	60.294	285.702
Hedge fluxo de caixa-Receita exportação ACC/PPE	21.645	195.374	21.645	195.374
Hedge fluxo de caixa-NDF receita de vendas	38.109	29.763	38.109	29.763
Hedge fluxo de caixa-Custo metal x Futuro bolsa	(4)	58	(4)	58
Hedge fluxo de caixa-NDF capex	-	(569)	-	(569)
Hedge fluxo de caixa-outras dividas	543	61.259	543	61.259
Ganhos var. camb. investimentos exterior	1	(183)	1	(183)
Total do resultado abrangente do exercício	(75.476)	(87.466)	(75.476)	(87.466)
Atribuível a				
Acionistas da companhia			(75.476)	(87.466)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Debêntures conversíveis em ações	Ações em tesouraria	Reservas de Lucros		Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de reavaliação	Patrimônio líquido consolidado
				Reserva legal	Reserva de retenção de Lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.382.990	-	(741)	5.092	72.558	-	(1.351.272)	235.949	344.476
Instrumentos financeiros líquido de tributos	-	-	-	-	-	-	285.885	-	285.885
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	-	-	-	-	-	-	(183)	-	(183)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	11.537	-	(11.537)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(2.515)	-	2.515	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	9.022	285.702	(9.022)	285.702
Reserva legal	-	-	-	(5.092)	(72.558)	77.650	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(373.168)	-	-	(373.168)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.382.990	-	(741)	-	-	(286.496)	(1.065.570)	226.827	257.010
Aumento de capital	352.359	-	-	-	-	-	-	-	352.359
Custo de Capitalização	(5.375)	-	-	-	-	-	-	-	(5.375)
Debêntures conversíveis em ação	249.402	110.602	-	-	-	-	-	-	360.004
Transações de capital com os sócios	596.386	110.602	-	-	-	-	-	-	706.988
Instrumentos financeiros líquido de tributos	-	-	-	-	-	-	60.293	-	60.293
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	10.128	-	(10.128)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(2.218)	-	2.218	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	7.910	60.294	(7.910)	60.294
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(135.770)	-	-	(135.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.979.376	110.602	(741)	-	-	(414.356)	(1.005.276)	218.917	888.522

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(532.825)	(131.463)	(529.088)	(129.304)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido com recursos gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais				
Valor residual de ativo permanente baixado	701	6.554	701	6.760
Depreciação, amortização	126.472	141.850	126.573	141.862
Equivalência patrimonial	(7.153)	(2.696)	-	-
Provisões (Reversões) perda estimada do valor recuperável	(24.058)	25.492	(28.155)	11.026
Reversões de outras perdas estimadas	(5.406)	23.970	(5.406)	23.970
Provisão para perdas demandas judiciais	242.461	77.361	242.461	77.361
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	(606)	1.419	(4.642)	1.953
Ganhos encargos financeiros	155.599	(283.404)	156.082	(283.588)
	(44.815)	(140.917)	(41.474)	(149.960)
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
Contas a receber de clientes	137.500	98.085	102.159	110.729
Estoques	(591.528)	544.337	(613.492)	555.002
Impostos e contribuições a recuperar	31.694	82.328	21.382	86.077
Despesas antecipadas	1.633	(4.684)	1.257	(4.670)
Depósitos de demandas judiciais	8.629	19.179	8.629	19.179
Instrumentos financeiros derivativos	(14.515)	507.114	(14.528)	507.090
Ativos mantidos para venda	(980)	1.798	(980)	1.798
Outros ativos circulantes e não circulantes	44.475	(9.120)	44.639	(8.293)
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	581.321	(112.806)	640.078	(134.939)
Operações com forfaiting e cartas de crédito	(2.629)	(981.781)	(2.629)	(981.781)
Impostos e contribuições a recolher	(32.632)	4.236	(32.882)	4.472
Provisão para demandas judiciais	(58.934)	(64.830)	(58.934)	(64.830)
Salários e encargos sociais	7.598	(9.127)	7.461	(9.351)
Instrumentos financeiros derivativos	29.598	(91.277)	29.586	(91.560)
Adiantamentos de clientes	24.516	(254.798)	27.865	(255.335)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(4.515)	(53.408)	(4.491)	(53.462)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	116.416	(465.671)	113.646	(469.834)
Atividades de investimento				
Ingressos de aplicações financeiras	784.154	(1.584.332)	1.372.737	(1.584.632)
Resgates de aplicações financeiras	(742.815)	1.896.324	(1.331.824)	1.896.324
Liberação banco conta vinculada	20.865	(20.865)	23.128	(23.128)
Variação de capital de sociedade controlada	-	(5.000)	-	-
Adições em imobilizado e intangível	(106.237)	(110.876)	(106.235)	(111.370)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(44.033)	175.251	(42.194)	177.194
Atividades de financiamento				
Aumento de capital (líquido de custo de captação)	346.984	-	346.984	-
Ingressos de empréstimos e financiamentos	-	1.176.028	-	1.176.024
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(103.847)	(917.295)	(104.375)	(917.300)
Amortizações de encargos financeiros	(111.334)	(76.972)	(111.334)	(76.973)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	131.803	181.761	131.275	181.751
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	204.186	(108.659)	202.727	(110.889)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	139.492	248.151	142.824	253.713
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	343.678	139.492	345.551	142.824
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	204.186	(108.659)	202.727	(110.889)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	4.533.943	5.577.719	3.856.730	4.922.478
Provisão de crêds. liquidação duvidosa	(24.270)	(26.299)	(28.557)	(11.915)
Outras receitas	24.392	26.590	24.421	24.941
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui o valor dos impostos - ICMS e IPI)				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(3.637.188)	(4.434.295)	(3.376.165)	(3.879.629)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(689.697)	(619.199)	(702.190)	(646.527)
Valor adicionado bruto	207.180	524.516	(225.761)	409.348
Retenções				
Depreciação e amortização	(126.472)	(141.850)	(126.573)	(141.862)
Valor adicionado líquido	80.708	382.666	(352.334)	267.486
Recebido de terceiros				
Resultado de equivalência	7.153	(121)	-	-
Receitas financeiras	470.632	1.482.605	499.778	1.490.468
Valor adicionado a distribuir	558.493	1.865.150	147.444	1.757.954
Distribuição do valor adicionado	558.493	1.865.150	147.444	1.757.954
Pessoal e encargos	228.275	224.929	231.545	228.564
Impostos, taxas e contribuições	(217.053)	434.069	(656.865)	294.180
Juros e aluguéis	683.041	1.579.320	708.534	1.608.378
Prejuízo do exercício	(135.770)	(373.168)	(135.770)	(373.168)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

01. Contexto operacional

Paranapanema S.A. ("Paranapanema", "Controladora" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social em Dias d'Ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, nº 3.700, área industrial Oeste, Prédio Administrativo I, Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas abrangem a Companhia e suas Controladas, e devem ser lidas em conjunto com o Formulário de Referência (FRE). A Companhia e suas Controladas desenvolvem atividades industriais nas áreas de transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes, e na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semimanufaturados, peças e componentes industriais destinados ao mercado interno e à exportação.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram preparadas mantendo-se o pressuposto de continuidade operacional baseado em um plano de negócios que contempla o fluxo de caixa projetado. Foram consideradas para as referidas projeções diversas premissas financeiras e de negócios, bem como a retomada da produção plena de cobre primário e aumento gradual na produção de produtos de cobre.

A Companhia concluiu em 2017 o processo de fortalecimento da estrutura de capital e reestruturação do endividamento da Companhia, conforme descrito a seguir.

A) Oferta pública com esforços restritos de distribuição primária das ações

Em reunião de 29 de agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de oferta pública de distribuição primária de até 333.333.334 (trezentas e trinta e três milhões, trezentas e trinta e três mil, trezentas e trinta e quatro) ações, sem considerar as ações de lote suplementares, a serem emitidas pela Companhia, sendo admitida a distribuição parcial.

Em 13 de setembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou a fixação do preço por ação, no valor de R\$1,56, e o correspondente aumento de capital da Companhia no valor de R\$352.359, com a emissão de 225.871.018 novas ações ordinárias.

O capital social da Companhia foi aumentado no montante de R\$352.359, sendo R\$348.444 referente a emissão de ações deduzido dos custos de transação para a emissão de títulos e valores mobiliários no montante de R\$5.375. As ações foram subscritas em 19 de setembro de 2017 pelos acionistas conforme demonstrado abaixo.

	Qtde.	Valor
Caixa de Previd. dos Func. do Banco do Brasil - PREVI	76.923.076	120.000
Caixa Econômica Federal	73.076.923	114.000
Glencore International Investments Ltd	42.307.692	66.000
Mineração Buritirama S.A	32.051.282	50.000
Mercado	1.512.045	2.359
	225.871.018	352.359
Custo da Transação	-	(5.375)
	225.871.018	346.984

B) Oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures

Em continuidade ao processo de reestruturação financeira da Companhia, o Conselho de Administração, nos termos da autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 28 de agosto de 2017, aprovou em 29 de agosto de 2017, o lançamento da oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, em duas séries, da espécie quirografária, sem garantia adicional, para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 476, pelo Banco Modal S.A., Agente Fiduciário Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Agente Escriturador Banco Bradesco S.A., no valor unitário de R\$1,00, totalizando 360.003.818 debêntures. Foram emitidas 334.216.991 debêntures da 1ª Série e 25.786.827 debêntures da 2ª Série. A 1ª série tem vencimento em 01/09/2019 e a 2ª série tem vencimento em 01/09/2021.

As debêntures (1ª e 2ª série) poderão ser convertidas em ações a qualquer momento até as datas de vencimento, a exclusivo critério dos seus respectivos titulares, pelo preço de conversão de R\$1,73333, observado o montante mínimo por conversão de 173.000 debêntures. O pagamento das debêntures ocorrerá exclusivamente mediante a entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia ao final do prazo de vencimento das debêntures. Nos termos do artigo 56 da Lei 6.404/76, não serão aplicáveis às debêntures quaisquer juros, fixos ou variáveis, participação no lucro ou prêmio de reembolso. Em contrapartida, os debenturistas deverão converter suas debêntures em ações ordinárias da Companhia, as quais são negociadas no segmento de negociação do Novo Mercado da B3 e terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias de emissão da Companhia. As ações decorrentes da conversão somente poderão ser negociadas pelos respectivos titulares após 180 dias da data da primeira conversão. As debêntures foram classificadas como instrumento patrimonial devido à conversibilidade mandatória em ações, pela existência de um preço fixo de conversão, além da inexistência de perspectiva de liquidação em caixa.

As debêntures da segunda série possuem condições específicas onde estão previstas que não haverá conversão caso a Paranapanema inicie procedimento de recuperação judicial, extrajudicial ou autofalência, ou tenha pedido de falência formulado e não elidido no prazo legal (em qualquer caso independentemente de seu deferimento), nos termos da Lei nº 11.101/05, sendo que, na ocorrência de qualquer de tais hipóteses, as obrigações da Paranapanema no âmbito das debêntures da segunda série serão declaradas vencidas antecipadamente, tornando-se o saldo devedor do valor nominal unitário de tais debêntures da segunda série imediatamente exigível em dinheiro. Além disso, os debenturistas de segunda série deverão sob regime de melhores esforços, sempre que possível, alienar ações decorrentes da conversão, buscando sempre converter o quanto antes o seu saldo de debêntures da segunda série, as quais vigorarão até que a quantidade de ações detidas e as ações a serem recebidas em caso de conversão integral do saldo de debêntures da Segunda Série.

Em 13 de setembro de 2017, ocorreu a subscrição de debêntures conversíveis em ações da Companhia no montante de R\$360.004, sendo que em 22 de setembro de 2017 os credores converteram R\$360.000 de dívidas em debêntures, conforme quadro inserido no item “c”.

Em 10 de outubro de 2017, foi homologado o aumento do capital social no valor de R\$249.402.021,00 (duzentos e quarenta e nove milhões quatrocentos e dois mil e vinte e um reais), decorrente da conversão antecipada de 249.402.021 (duzentas e quarenta e nove milhões, quatrocentas e duas mil e vinte e uma) debêntures, ao preço de conversão de R\$ 1,73 (um real e setenta e três centavos) por ação ordinária, em 143.885.809 (cento e quarenta e três milhões, oitocentas e oitenta e cinco mil e oitocentas e nove) ações ordinárias.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Debêntures			Ações		
	Total Debentures	Convertidas	Pendente de conversão	Equivalente em ações	Convertidas	Pendente de conversão
Merrill Lynch International	39.450.975	39.450.975	0	22.760.182	22.760.182	-
Sumitomo Mitsui Banking Corp, Ny Branch	38.884.228	20.522.231	18.361.997	22.433.213	11.839.751	10.593.462
Banco Latinoamericano De Com Ext S.A	30.305.442	15.994.538	14.310.904	17.483.912	9.227.620	8.256.292
Cargill Financial Services Internat, Inc	152.404.143	80.435.519	71.968.624	87.925.485	46.405.116	41.520.369
China Construc Bank Bra Bco Multiplo Sa	12.613.670	6.657.214	5.956.456	7.277.119	3.840.701	3.436.418
Fundo De Recuperacao De Ativos - Fidc Np	82.401.612	82.401.611	1	47.539.400	47.539.400	-
The Bank Of Nova Scotia	3.939.928	3.939.927	1	2.273.035	2.273.035	-
Outros investidores	3.820	-	3.820	2.204	-	2.204
Tesouraria	-	7	-	-	4	-
	360.003.818	249.402.021	110.601.804	207.694.550	143.885.809	63.808.745

C) Reperfilamento da dívida

Conforme fato relevante divulgado em 25 de setembro de 2017, a Companhia concluiu todas as condições suspensivas para a implementação da reestruturação junto a seus principais credores financeiros, representando cerca de 86% do total das dívidas financeiras da Companhia, o qual, na visão da Administração, preserva as suas capacidades financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

Ao concluir, com sucesso, seu processo de reestruturação, a Companhia obteve redução de 20% das dívidas, em função da conversão de R\$360.000 em debêntures, e alongamento de sua dívida financeira.

As principais condições renegociadas, em uma base comum para todos os credores, são: (i) prazo total de até 7 anos para pagamento das dívidas, sendo os 2 primeiros anos período de carência para o início do pagamento do principal; e (ii) pagamento de juros anuais.

	2016	Transferência de Modalidade	Entrada	Pgtos- Principal + Juros	Dívidas convertidas em Debentures	Var Camb + Juros	Cumpridas com Faturamento	Custos de Transação	Refinanciados	2017
Financiamentos de importação	299.321	61.092	-	(63.825)	(42.494)	5.348	-	-	(218.536)	40.906
Financiamentos de comércio exterior -ACC	582.273	-	-	(24.320)	-	31.341	(8.969)	-	-	580.325
Pré-pagamento de exportação -PPE	616.082	-	-	(35.791)	(45.627)	69.153	-	-	434.517	1.038.334
Financiamento de Projetos	39.648	-	-	(19.206)	-	2.509	-	-	-	22.951
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	96.248	-	-	(9.694)	-	9.523	-	-	-	96.077
Capital de Giro	137.960	-	-	(47.361)	-	20.585	-	-	-	111.184
Cédula de crédito bancário	-	87.605	-	(7.703)	(20.589)	8.304	-	-	-	67.617
Nota de crédito de exportação - NCE	73.608	-	-	(7.809)	(61.812)	4.147	-	-	(8.134)	-
Custos de transação - reperfilamento	-	-	-	-	-	1.458	-	(30.874)	-	(29.416)
Empréstimos e Financiamentos	1.845.140	148.697	-	(215.709)	(170.522)	152.368	(8.969)	(30.874)	207.847	1.927.978
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	595.833	(148.697)	31.199	(72.278)	(189.478)	33.087	-	-	(207.847)	41.819
Total Dívidas	2.440.973	-	31.199	(287.987)	(360.000)	185.455	(8.969)	(30.874)	-	1.969.797

A Companhia após o processo de reestruturação de capital e reperfilamento da dívida, tem seu o capital circulante líquido consolidado, que corresponde à diferença entre os ativos circulante e os passivos circulante, em 31 de dezembro de 2017 positivo em R\$1.189.563 (R\$1.077.068 negativo em 31 de dezembro de 2016).

As ações da Paranapanema são listadas e negociadas na B3 S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros desde 1971, e dentro do segmento “Novo Mercado” desde 2012, sob o código PMAM3.

Entidades do grupo – “Controladas”

A Companhia detém as seguintes participações societárias em suas Controladas diretas:

Controladas	2017	2016
CDPC-Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como principal objeto social a comercialização e distribuição de cobre, suas sobras e outros minérios, de suas ligas e dos produtos e subprodutos deles resultantes.	99,99%	99,99%
Caraíba Incorporated Ltd. (*) Empresa com sede nas Ilhas Caimã, constituída em 08 de julho de 2005.	100,00%	100,00%
Paraibuna Agropecuária Ltda. (*) Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como objeto social a exploração de atividades agropecuárias, pastoris, reflorestamentos e afins.	99,98%	99,98%
Paranapanema Netherlands B.V. (*) Empresa com sede na cidade de Amsterdam, Holanda, constituída em 09 de abril de 2014. A empresa ainda não foi capitalizada e não teve nenhuma operação.	100,00%	100,00%
Rio Negro Mineração e Com Ltda (*) Empresa com sede na cidade de São André, SP, constituída em 30 de julho de 1974.	99,99%	99,99%

(*) Estas empresas não estão operacionais

02. Base de preparação

A) Declaração de conformidade (com Relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, Individual e Consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras.

A emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 07 de fevereiro de 2018.

Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Estoques de metais objeto de *hedge* e mensurados pelo valor justo em reais por meio do resultado;
- Terrenos, edificações e máquinas foram ajustados ao custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para IFRS/CPC.

B) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

C) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

O julgamento crítico está relacionado a aplicação da contabilidade de hedge e as premissas contábeis críticas referenciadas no tópico D) abaixo.

D) Incertezas sobre premissas e estimativas contábeis críticas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas contábeis críticas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 13 - Imobilizado: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis e análise substantiva da vida útil;
- Nota 19 - Provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 28 - Instrumentos Financeiros Derivativos: valor justo dos derivativos.

03. Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis de hierarquia ao valor justo (nota 28.4).

A) Contratos de câmbio a termo e swaps de taxas de juros

Os valores justos de contratos de câmbio a termo e de contratos de *swaps* de taxas de juros são baseados nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados, baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento similar apurado

na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Paranapanema, suas controladas e contraparte, quando apropriado.

B) Estoques de metal

Os valores justos dos metais contidos dentro do estoque são marcados a mercado pelos preços em dólares dos respectivos metais na curva futura da *London Metal Exchange* ("LME") e *London Bullion Market Association* ("LBMA"). As variações dos preços futuros são refletidas no estoque em cada fase de produção considerando o prazo estimado que esse estoque será vendido.

C) Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

04. Principais políticas contábeis

Não ocorreram mudanças nas políticas contábeis com impactos relevantes para a Companhia e suas controladas, dessa forma, a Companhia tem aplicado as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando indicado.

A) Base de consolidação

i. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das Controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras Individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras Consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por

equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Somente a empresa controlada CDPC-Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda., está em operação, as demais empresas controladas estão inativas e os saldos são irrelevantes nas demonstrações financeiras.

B) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para Real, moeda funcional da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da conversão dos itens de proteção (*hedge*) de fluxos de caixa, na extensão em que a proteção (*hedge*) seja efetiva, são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

ii. Operações no Exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

C) Instrumentos financeiros

C.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

C.1.1) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:

Os ativos financeiros, no reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

C.1.2) Aplicações Financeiras e recebíveis

As aplicações financeiras e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

i. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros que possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e são utilizados pela Companhia e suas Controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não seja cotado no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, aplicações financeiras são mensuradas pelo seu valor justo através do resultado.

iii. Contas a receber, ajuste a valor presente e perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

O contas a receber de clientes do mercado interno e externo estão ajustados a valor presente pela CDI e pela Libor, respectivamente. O saldo de clientes do mercado externo está convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A política de vendas da Companhia e suas Controladas se subordinam às normas de crédito fixadas pela Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, especialistas das áreas financeira e comercial, avaliam e acompanham o risco dos clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial. A Companhia conta ainda com perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, reconhecidas como despesas no grupo de “outras despesas operacionais”, conforme demonstrado nas notas 07 e 24.

C.2) Passivos financeiros não derivativos

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos

financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, na data de negociação, inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem fornecedores, operações com forfaiing e carta de crédito, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e outras contas a pagar.

Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia e suas Controladas são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

O Grupo deixa de reconhecer um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

C.3) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, preço das *commodities* (metal), e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se:

- as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- o instrumento separado com os mesmos termos do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente o relacionamento, a estratégia e os riscos entre os instrumentos e objetos de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto em uma base contínua, se existe a expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas conforme descrito abaixo.

▪ **Hedges de fluxos de caixa**

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o ativo não financeiro afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire, ou seja, vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

▪ **Derivativos embutidos separáveis**

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

▪ **Hedges de Valor Justo**

Quando o derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção do valor justo de um ativo ou passivo, a porção efetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado operacional, afetando lucro ou prejuízo, e pode ser alocada para ajustar o valor do ativo ou passivo objeto de *hedge* dependendo de sua natureza operacional ou financeira.

A porção inefetiva da variação do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado financeiro.

Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos negociadas em bolsas ativas (de mercadorias e futuros) são objeto de teste de efetividade retrospectivo e prospectivo respeitando os limites de 80% - 125% de efetividade para manter a relação de *hedge*. A marcação a mercado de derivativos usando preços futuros trazem a volatilidade de mercado futuro para o resultado da Companhia e os efeitos não devem ser considerados para medição de sua performance a menos que a política de gestão de risco permita especular com tais instrumentos derivativos, o que não é o caso da Companhia.

▪ **Outros derivativos não mantidos para negociação**

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifique para a contabilidade de *hedge*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

C.4) Capital social

C.4.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo e juntamente com os juros sobre capital próprio somente estarão livres para desembolso quando a Companhia não tiver prejuízos acumulados.

C.4.2) Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas

são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação são apresentados como reservas de capital.

C.4.3) Debêntures conversíveis em ações

São títulos emitidos por sociedades anônimas, representativos de parcela de empréstimo contraído pela emitente com o investidor garantidos pelo ativo da empresa visando investimento ou o financiamento de capital de giro. A emissão tem que ser autorizada pelo Conselho de Administração e deliberada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE").

D) Ativos Mantidos para Venda

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

E) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

iii. Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

F) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido da mais valia resultado do custo atribuído (*deemed cost*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, com base em avaliações efetuadas por avaliadores independentes, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes referentes a ganhos ou perdas decorrentes de *hedge* de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo imobilizado em moeda estrangeira. O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

G) Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo conforme critério do CPC 28, e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, e apresentado na conta de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

H) Custos subsequentes em Ativo Fixo

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

I) Depreciação e amortização

Itens do ativo imobilizado e intangíveis são depreciados e amortizados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação ou amortização é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado e intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação ou amortização é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado e intangível para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

• Edificações	40 anos
• Aterro industrial	4 anos
• Máquinas e equipamentos	3-12 anos
• Veículos	5 anos
• Móveis e utensílios	5-10 anos
• Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. (veja nota explicativa 13.2).

J) Ativos intangíveis

i. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv. Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados, caso seja apropriado.

K) Estoques

Os estoques são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condições atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. Ao final de cada mês, a porção do custo referente ao preço do metal é ajustada pelo ganho ou perda nos *hedges* de valor justo, aproximando o custo do metal no estoque ao valor da LME média do mês de apuração. Pela política de riscos da Companhia, o estoque está próximo do valor de mercado e por isso não existem indícios de necessidade de sua redução ao valor recuperável (*impairment*).

i. Ociosidade

Os custos incorridos de produção são alocados às unidades produzidas, integralmente, sempre que as instalações produtivas estiverem sendo utilizadas em condições normais. A partir do ponto em que a ociosidade deixar de estar dentro dos limites da normalidade, os custos fixos não alocados aos produtos são reconhecidos diretamente como despesa, no grupo de “outras despesas operacionais” no período em que são incorridos, sem transitar pelos estoques, evitando-se, desta maneira, o risco de uma superavaliação destes e da não possibilidade de sua recuperação.

L) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

L.1) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável.

i. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo

custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada através do resultado.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Gestão sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

L.2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado

Uma evidência por perda no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

M) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos da reversão do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são contabilizados no resultado como despesa financeira.

N) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos

associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições Individuais do contrato de venda.

O) Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita pelo valor justo quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como “receitas líquidas de vendas” em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como “receitas líquidas de vendas” em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas.

A unidade industrial sede social localizada em Dias d'Ávila, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. Instituído pela Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001 regulamentado pelo Decreto nº 8.205/2002, o incentivo tem por objetivo de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial do Estado. Este benefício se aplica apenas para as vendas no mercado interno.

P) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em Controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis), perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

Q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado na Ação Declaratória nº 90.0003147-8 que reconheceu o direito ao não recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), não tendo sido objeto de Ação Rescisória pela Fazenda Nacional, portanto, válida até os dias atuais.

A despesa e/ou crédito com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii. Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. A alíquota de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos é de 25% para imposto de renda na controladora e 34% (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social) nas Controladas.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em Controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (joint venture) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

R) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) Individuais e Consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

S) Lucro ou prejuízo por ação

A Companhia apura o saldo de lucro ou prejuízo por ação com base na atribuição do resultado do exercício das ações emitidas pela Companhia, ponderado as quantidades em circulação durante o período.

T) Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostas pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Companhia para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% do CDI para mercado interno e Libor para mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.
- Contas a pagar a fornecedores compostos pelas compras a prazo. A taxa de desconto é calculada pela média mensal do DI.

U) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações e interpretações terão vigência a partir de janeiro de 2018. A Companhia analisou os potenciais impactos da adoção destas novas normas.

a) IFRS 9 (CPC 48) - *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 (CPC 48) substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros:

Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 (CPC 48) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 (CPC 48) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia analisou e concluiu que a aplicação da norma não terá impacto de valor nas demonstrações financeiras, as alterações previstas envolvem:

- inclusão de informações adicionais nas notas explicativas quanto ao enquadramento das atuais 6 categorias de ativos financeiros para as 2 categorias indicadas pela norma.
- alteração na forma como é feito o teste de efetividade, também não trará impactos no resultado, uma vez que a gestão de risco de mercado é feita de forma a levar o maior efeito possível dos instrumentos para o item objeto, com a adoção da nova metodologia, essa possibilidade se amplia reduzindo ainda mais a chance de reconhecimento de inefetividade de instrumentos no resultado financeiro da Companhia.
- O entendimento é de que não haverá alterações na atual forma de reconhecimento e classificação dos ativos e na sua mensuração. A única alteração será a de adequação da nomenclatura da classificação.

b) IFRS 15 (CPC 47) - *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 (CPC 47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 (CPC 47) substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) - Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 (CPC 47) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras em adequação ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, uma vez que a receita já é reconhecida quando do cumprimento da obrigação de desempenho, que no caso da Paranapanema é a transferência do controle do bem para o cliente. E quanto ao conceito de perda esperada, analisando o ano de 2017, não temos clientes com perspectivas de inadimplência, a não ser aqueles já reconhecidos de anos anteriores.

c) Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28)

Alterações ao CPC 36 e ao CPC 18 em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. A Companhia analisou que a norma não terá impacto em suas demonstrações financeiras.

d) IFRS 16 Arrendamento mercantil – A IFRS 16 estabelece que em todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, o arrendatário deve reconhecer um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um direito de uso correspondente ao ativo subjacente. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e

o direito de uso é amortizado, semelhante às regras de arrendamento financeiro segundo a IAS 17. Este pronunciamento entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando e espera que a norma não terá impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Não há outras IFRS ou interpretações IFRIC que impactem as demonstrações financeiras da Companhia de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

05. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos		174.864	134.501	176.737	137.833
Cambiais recebidas	(a)	-	4.991	-	4.991
Aplicações financeiras	(b)	168.814	-	168.814	-
Caixa e equivalentes de caixa		343.678	139.492	345.551	142.824
Aplicações financeiras	(c)	52.359	93.698	53.085	93.998
Aplicações financeiras		52.359	93.698	53.085	93.998
		396.037	233.190	398.636	236.822
Aplicações financeiras ativo circulante		38.453	87.636	38.453	87.936
Aplicações financeiras ativo não-circulante		13.906	6.062	14.632	6.062

a) Cambiais recebidas

Referem-se aos recebíveis de exportação, internados em R\$, ou baixas de financiamentos lastreados à exportação ou necessidade de caixa da Companhia e suas Controladas ou operação de compra na mesma moeda externa.

b) Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Referem-se à certificados de depósitos bancários e refletem as condições usuais de mercado, possuem liquidez imediata e sem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração média destas aplicações era de 98,52% do CDI, mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado.

c) Aplicações Financeiras

Referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, sendo remuneradas em média a 98,52% do CDI em 31 de dezembro de 2017 (91,33% em 31 de dezembro 2016) no consolidado, mensuradas ao valor justo.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía, no consolidado, R\$52.359 (R\$50.053 em 31 de dezembro de 2016) de aplicações financeiras em garantia para operação de compra de energia no mercado livre, compra de dólar futuro e fiança bancária.

A Companhia, seguindo política de aplicação de recursos, mantém as aplicações financeiras em investimentos de baixo risco e em títulos públicos federais em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha, de acordo com rating divulgado pelas principais agências de risco.

O aumento de R\$202.727 na linha de caixa e equivalentes de caixa, corresponde parcialmente, ao aporte de capital na Companhia no montante de R\$352.359, referente à emissão de ações conforme nota explicativa 1.a.

06. Banco conta vinculada

Em 31 de dezembro de 2017, em função da conclusão do processo de reperfilamento da dívida a Companhia não possuía valores bloqueados. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía R\$7.964 referente cambiais recebidas, bloqueadas pelo Banco Bradesco – Nova Iorque como garantia para amortizações de parcelas de curto prazo do empréstimo de pré-pagamento de exportação (PPE) e R\$15.164 referente a valores recebidos de cobrança, bloqueadas pelo Banco do Brasil como garantia para amortização de parcelas de empréstimos de curto prazo.

07. Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2017	2016	2017	2016
Clientes no país:					
Terceiros		183.152	166.389	260.582	264.753
Ajuste a valor presente Terceiros		(394)	(961)	(6.071)	(1.574)
Partes Relacionadas	12.2	110.483	183.379	-	-
AVP Partes Relacionadas	12.2	(1.132)	(282)	-	-
Perda estimada do valor recuperável		(76.501)	(52.256)	(81.971)	(53.630)
Clientes no exterior:					
Terceiros		218.064	265.970	218.064	265.970
Ajuste a valor presente		(493)	(409)	(493)	(409)
Perda estimada do valor recuperável		(832)	(1.020)	(832)	(1.020)
		<u>432.347</u>	<u>560.810</u>	<u>389.279</u>	<u>474.090</u>
Ativo circulante		432.038	558.965	371.384	452.593
Ativo não-circulante		309	1.845	17.895	21.497

A composição do contas a receber por idade de vencimento, líquida de perda estimada do valor recuperável, é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer a mais de 120 dias	1.630	2.627	25.215	23.197
A vencer de 91 a 120 dias	4.023	3.490	4.773	3.620
A vencer de 61 a 90 dias	51.707	36.684	43.328	45.065
A vencer de 31 a 60 dias	172.632	111.507	87.558	132.124
A vencer até 30 dias	178.840	343.032	203.095	252.779
Vencidas até 30 dias	25.542	63.551	30.422	14.168
Vencidas de 31 a 60 dias	594	511	594	4.060
Vencidas de 61 a 90 dias	75	-	75	-
Vencidas de 91 a 120 dias	12	-	12	-
Vencidas há mais de 120 dias	807	860	2.267	860
	<u>435.862</u>	<u>562.262</u>	<u>397.339</u>	<u>475.873</u>
Ajuste a valor presente	(2.019)	(1.652)	(6.564)	(1.983)
Outros	(1.496)	200	(1.496)	200
	<u>432.347</u>	<u>560.810</u>	<u>389.279</u>	<u>474.090</u>
Ativo circulante	432.038	558.965	371.384	452.593
Ativo não-circulante	309	1.845	17.895	21.497

A Companhia está exposta ao risco de crédito em virtude do não recebimento da venda performada de produtos (contas a receber). Para mitigar esse risco, possui políticas e normas para análise e monitoramento de créditos e cobrança de duplicatas vencidas. Há provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa – PECLD, como forma de redução do valor recuperável do contas a receber sempre que identifica evidências de que algum ativo pode vir a não ser liquidado.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da perda estimada do valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(53.276)	(54.650)
Provisões do período	(24.269)	(28.557)
Realizados	212	404
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(77.333)	(82.803)

O saldo da perda estimada do contas a receber de clientes é constituído por duplicatas vencidas a mais de 60 dias e duplicatas com evidências de que algum ativo pode vir a não ser liquidado.

O montante de R\$2.354 em 31 de dezembro de 2017 (R\$860 em 31 de dezembro de 2016), vencidos a mais de 60 dias não foram provisionados em decorrência de haver garantias ou créditos a favor do devedor. A constituição ou reversão da perda estimada do valor recuperável é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

08. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Matérias-primas	571.723	265.977	571.723	265.977
Produtos em processo	301.147	218.567	301.147	218.567
Produtos acabados	227.665	234.343	227.665	234.343
Importações em andamento	283.679	57.433	283.679	57.433
Adiantamentos a fornecedores p/compra MP	104.825	111.223	104.825	111.223
Materiais de manutenção e outros	19.104	20.068	19.104	20.068
Materiais para revenda	1.715	3.939	37.053	17.313
Matéria prima em trânsito	2.222	12.445	2.222	12.445
Perda estimada do valor recuperável	(447)	-	(447)	-
Ativo circulante	1.511.633	923.995	1.546.971	937.369

O estoque é mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade de *hedge* de estoques (vide nota explicativa 28.6.3), as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da curva de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela disponibilidade de instrumentos de hedge cambial marcados a mercado pela taxa de câmbio do fechamento do mês, dentro do programa de contabilidade de *hedge* de valor justo do estoque.

A variação de R\$609.602 no exercício, no consolidado, deve-se principalmente à exportação de cátodo junto à Glencore conforme nota explicativa 12.4b.

A constituição de perdas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Outras despesas operacionais”. A perda estimada no montante de 447 em 31 de dezembro de 2017 foi constituída com análise dos materiais e produtos sem movimentação há mais de 2 anos.

A Companhia ofereceu 255 toneladas de vergalhão de cobre eletrolítico em garantia de processo fiscal que, em 31 de dezembro de 2017 totalizava R\$5.622 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2016). Caso ocorra decisão desfavorável, os valores serão pagos em moeda corrente.

- a) Refere-se, substancialmente, ao saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), gerados em suas operações na unidade de Santo André-SP, demonstrado pelo seu valor líquido de realização. A Companhia está atuando para reduzir o valor do crédito, com a operação de importação de catodos via drawback para atender as exportações de produtos de cobre, e a solicitação de recuperação do crédito acumulado através do e-CredAc., que é o sistema criado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que permite ao contribuinte que acumula crédito do ICMS no Estado de São Paulo, solicitar a restituição destes créditos aos quais tem direito. A Companhia optou por manter a provisão para perda estimada do valor recuperável no montante de R\$7.897, provisionada em 31 de dezembro de 2016, como deságio estimado para a futura comercialização desses créditos, conforme item (g).
- b) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha o saldo de R\$32.105 referente a restituição de valores da taxa de licença de importação (TLI), decorrente de Ação Judicial de Repetição de Indébito movida em face da União Federal. Em 05 de julho de 2017, a 11ª Vara da Seção Judiciária da Bahia proferiu decisão, em sede de Embargos de Declaração, no sentido de que o crédito era controverso. Diante do fato a Companhia decidiu reverter o saldo, registrando R\$7.673 na linha de outras despesas operacionais e R\$24.432 na linha de outras despesas financeiras.

- c) Refere-se ao imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) a ser recuperado pela Companhia referente a exercícios anteriores. Para os valores classificados no ativo não circulante a Companhia já efetuou o pedido de restituição através de processo judicial e aguarda decisão para compensar ou restituir o valor. O total de R\$12.364 está provisionado como perda em decorrência da realização não ser praticamente certa, conforme item (g).
- d) Refere-se a Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Os valores foram apurados de acordo com os parâmetros definidos na Lei nº 12.546/2011 com alterações da lei 12.844/2013.
- e) Refere-se, substancialmente, ao crédito tomado de acordo com as Leis nº10.637/02 (PIS) e nº10.866/03 (COFINS), que se referem ao regime de apuração para a não-cumulatividade.
- f) Refere-se a créditos decorrentes da incidência da contribuição previdenciária do empregador sobre o adicional constitucional de férias e os primeiros 15 dias de afastamento por doença / acidente. Este valor está sendo compensado com débitos previdenciários.
- g) Constituição de provisão para perda de impostos de renda a restituir referente a diversos processos no montante de R\$12.364 (item "c"). Os assessores jurídicos da Companhia classificaram como remoto para fins de obtenção de êxito nos pleitos, e constituição de provisão para perda no montante de R\$7.897 referente a baixa de ICMS por falta de previsão de compensação (item "a").

A Administração estima que a projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Controladora e suas Controladas apresentam capacidade de realização dos créditos tributários acima mencionados.

Essas estimativas são anualmente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação possam ser consideradas nas informações contábeis.

10. Outros ativos circulantes e não circulantes

10.1 – Outros ativos circulantes e não circulantes

	Nota	2017		2016		Controladora
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante	
Precatórios municipais	(a)	-	64.106	-	66.272	
Prefeitura Manaus	(b)	-	12.281	-	8.924	
Precatórios federais	(c)	-	3.282	42.308	6.500	
Recuperação plano coletivo Brasilprev	(d)	4.127	-	4.297	-	
Adiantamentos a funcionários		1.780	-	1.739	-	
Valor a receber alienação Cibrafértil		-	1.001	1.001	-	
Adiantamentos a fornecedores		712	-	70	-	
Contas a receber de seguros		-	-	500	-	
Depósitos chamada de margem		-	-	133	-	
Outras		383	874	598	679	
		7.002	81.544	50.646	82.375	

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2017		2016	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Precatórios municipais	(a)	-	64.106	-	66.272
Prefeitura Manaus	(b)	-	12.281	-	8.924
Precatórios federais	(c)	-	3.282	42.308	6.500
Recuperação plano coletivo Brasilprev	(d)	4.127	-	4.297	-
Adiantamentos a funcionários		1.782	-	1.750	-
Valor a receber alienação Cibrafétil		-	1.001	1.001	-
Adiantamentos a fornecedores		385	-	70	-
Contas a receber de seguros		-	-	500	-
Depósitos chamada de margem		-	-	133	-
Outras		556	874	598	680
		6.850	81.544	50.657	82.376

- a) Refere-se a diversos precatórios contra os Municípios de São Paulo, Santo André e Manaus, a ser recebido a partir de 2019.
- b) Valor referente à Ação Ordinária movida contra o Município de Manaus, visando o recebimento dos valores devidos em virtude da realização das Obras Complementares do Complexo Viário das Flores. A Companhia obteve decisão definitiva quanto ao recebimento dos valores devidos pelo município. Está pendente decisão relativa à impugnação apresentada pelo município, que contesta a forma de atualização dos valores devidos à Companhia.
- c) Refere-se a precatórios federais a serem recebidos. A movimentação no período no ativo circulante no montante de R\$42.308 refere-se ao recebimento, em 12 de janeiro de 2017, do precatório do IOF sobre os seus ativos financeiros dos valores pagos entre abril de 1990 e outubro de 1991, em obediência à Lei nº 8.033/90 (Plano Collor).
- d) Refere-se à conta coletiva do plano de previdência privada, administrado pela BrasilPrev, cujo montante foi constituído com os valores não liberados pela Companhia, conforme critérios descritos na nota explicativa 31. No contrato está definido que o valor acumulado na reserva coletiva poderá ser utilizado para ajustar ou melhorar os benefícios ou para quitar suas contribuições futuras.

A Companhia ofereceu em garantia de processo fiscal parcela referente precatórios municipais que em 31 de dezembro de 2017 totalizava R\$63.093. Caso ocorra decisão desfavorável os valores serão pagos em moeda corrente.

10.2 Depósitos de demandas judiciais

	Controladora/Consolidado	
	2017	2016
Trabalhista	14.709	18.957
Tributário	8.981	7.965
Previdenciário	1.073	1.216
Precatórios	2.155	3.734
Cível	827	908
Outros	503	1.021
Ativo não circulante	28.248	33.801

11. Ativos mantidos para venda

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R\$111.548 em 31 de dezembro de 2017 (R\$110.568 em 31 de dezembro de 2016), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização. Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e a Companhia, após sua reestruturação, tem intensificado suas ações para monetização dos referidos imóveis, pois tal monetização compõe parte do plano da Companhia para readequação de sua estrutura de capital.

A Companhia engajou uma consultoria especializada para auxiliá-la na estruturação, e desenvolvimento de projeto para buscar melhores condições para comercialização de tais ativos. A Companhia também conta com comissão interna que estuda as possíveis alternativas, em conjunto com a consultoria contratada, para a venda dos ativos.

Em 11 de abril de 2016, a Companhia celebrou com a Plano Madeira Empreendimentos Imobiliários Ltda., subsidiária da Plano & Plano Construções e Empreendimentos Ltda., Compromissos de Venda e Compra com Cláusulas Resolutivas e Outras Avenças ("Operação"), cujos objetos são os terrenos nos quais está instalada a antiga planta de Capuava, desativada em fevereiro de 2015, localizados nos municípios de Santo André e Mauá, com área total de, aproximadamente, 150.000 m².

A Companhia, em conjunto com a Plano & Plano, tem evoluído para outras frentes, inclusive junto aos órgãos competentes para desenvolvimento do projeto.

Garantia:

A Companhia ofereceu imóveis no valor total de R\$78.159, em garantia de processo junto à instituição financeira, à título de cessão fiduciária, a ser liberado dentro de 180 dias, e dois imóveis no valor total de R\$19.973, em garantia ao processo administrativo que trata da cobrança da CSLL. Caso ocorra decisão desfavorável os valores serão pagos em moeda corrente.

12. Investimentos e partes relacionadas

12.1 Controladas: Informações resumidas e movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2017

	Nota	CDPC - Centro Distrib. Prods. Cobre Ltda.	CINC - Caraiba International	Paraibuna Agropecu. Ltda.	Total
Informações financeiras resumidas					
Ativo circulante		99.434	182	-	99.616
Ativo não circulante		33.855	-	598	34.453
Passivo circulante		119.737	-	-	119.737
Patrimônio líquido		13.552	182	598	14.332
Capital social		27.000	3	6.400	33.403
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços		1.154.645	-	-	1.154.645
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos		(1.138.459)	-	-	(1.138.459)
Resultado Bruto		16.186	-	-	16.186
Despesas/Receitas Operacionais		(9.829)	(14)	-	(9.843)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		6.357	(14)	-	6.343
Resultado Financeiro		4.560	(12)	-	4.548
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		10.917	(26)	-	10.891
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		(3.738)	-	-	(3.738)
Lucro/Prejuízo do Período		7.179	(26)	-	7.153
Saldo em 31 de dezembro de 2016		6.373	208	598	7.179
Equivalência patrimonial		7.179	(26)	-	7.153
Saldo em 31 de dezembro de 2017		13.552	182	598	14.332

12.2 Saldos e transações da empresa controladora com partes relacionadas

Partes relacionadas	CDPC -Centro de Distr. de Prods. Cobre Ltda.	Glencore International Investments Ltd	Caixa Econômica Federal
Ativo circulante			
Contas a receber de clientes	109.351	87.781	-
Outros ativos circulantes	327	-	-
	109.678	87.781	-
Passivo circulante			
Fornecedores	756	603.142	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	82.065	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	1.872
	756	685.207	1.872
Passivo não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	-	-	192.823
	-	-	192.823
Resultado			
Vendas de mercadorias e serviços	1.159.846	699.335	-
Compras de mercadorias e serviços	(535.605)	(1.116.755)	-
	624.241	(417.420)	-

12.3 Honorários da Administração e do Conselho Fiscal

A Companhia considerou como “Pessoal Chave da Administração”, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e IAS 24/CPC 05 (R1), os integrantes da sua Diretoria Estatutária, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Companhia não possui acionista controlador e não há Acordo de Acionistas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2017				2016			
		Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Salário ou pró-labore		2.582	1.453	714	4.749	3.036	1.659	684	5379
Benefícios		485	-	-	485	516	-	-	516
Remuneração por participação em Comitês		-	620	-	620	-	-	-	-
Encargos sociais		516	415	143	1.074	612	332	137	1.081
Remuneração fixa		3.583	2.488	857	6.928	4.164	1.991	821	6.976
Benefício pós emprego		71	-	-	71	127	-	-	127
Outros		399	-	-	399	-	-	-	-
Outras Remunerações		470	-	-	470	127	-	-	127
Honorários da administração		4.053	2.488	857	7.398	4.291	1.991	821	7.103
Bônus (ICP)	32	2.917	-	-	2.917	-	-	-	-
Bônus (ILP)	32	6	-	-	6	1.289	-	-	1.289
Encargos sociais		585	-	-	585	258	-	-	258
Remuneração Variável	32	3.508	-	-	3.508	1.547	-	-	1.547
Valor Total da remuneração		7.561	2.488	857	10.906	5.838	1.991	821	8.650

Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração não são partes de contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

12.4 Negócios com Partes Relacionadas

O Conselho de Administração, em conformidade com a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, autorizou as operações, que são efetuadas a preços e condições normais de mercado, contendo valores, prazos e taxas usuais, normalmente aplicados em transações com partes não relacionadas.

a) Caixa Econômica Federal

Linhas de crédito, no montante de até R\$370.000, junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), acionista com participação equivalente a 18,19% do total das ações de emissão da Companhia. A contratação é condicionada aos termos e condições ofertados pela CEF, os quais devem ser iguais ou mais competitivos que outras linhas de crédito disponíveis à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui Empréstimos de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC), com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$194.695 (US\$58.856 mil a taxa de 3,3080).

b) Glencore International Investments Ltd

A Companhia celebrou um acordo com a Glencore por meio do qual a Paranapanema se compromete a comprar 180 mil toneladas de concentrado de cobre até janeiro de 2018, e vender o volume equivalente em cobre refinado com as mesmas datas de liquidação financeira. Esse acordo foi objeto de um processo de concorrência com várias tradings do setor e apresenta termos comerciais compatíveis com operações desta natureza, permitindo aumentar os níveis de produção a partir do final do segundo trimestre de 2017 sem a necessidade de empregar caixa adicional. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$685.207 (US\$207.136 a taxa de R\$3,308) de compras de concentrado, reconhecidos na linha de fornecedores R\$603.141 e na linha de instrumentos financeiros R\$82.065, referente ao derivativo embutido e um saldo de R\$87.781 (US\$26.540 a taxa de R\$3,3074) de duplicatas a receber.

Em 21 de julho de 2017, nos termos do Fato Relevante publicado nesta data, a Companhia celebrou acordo de investimentos com a Glencore, no qual esta se comprometeu a aportar

R\$66.000 no capital da Companhia. Em 19 de setembro de 2017, a Empresa efetuou o aporte no valor acordado, representado por 42.307.692 ações.

c) CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.

Em 02 de janeiro de 2015, foi assinado, entre a controladora e a controlada CDPC, o Contrato de Rateio de Custos e Despesas, que prevê a realização de rateio proporcional de todos os custos, gastos, despesas, encargos e tributos, exclusivamente relacionados às áreas corporativas, chamadas de Estrutura Compartilhada. Tendo em vista que o objetivo é tão somente o repasse dos custos comuns em decorrência do uso da Estrutura Compartilhada, não há lucros ou qualquer forma de remuneração entre as partes.

13. Imobilizado e intangível

							Controladora
	Taxa média de depreciação	2016	Adições	Baixas	Transferências	Prov Perdas	Depreciação Amortização 2017
IMOBILIZADO							
Terrenos		119.684	-	-	-	-	119.684
Aterro Industrial		8.573	-	-	-	-	8.573
Benfeitorias		15.435	-	-	-	-	15.435
Edificações		265.505	-	-	8.040	-	273.545
Instalações		36.435	-	-	13.545	-	49.980
Máquinas e equipamentos		1.528.335	-	(4.871)	37.095	-	1.560.559
Movéis e Utensílios		19.817	-	-	467	-	20.284
Veículos		1.339	-	(56)	92	-	1.375
Imobilizado em andamento		88.050	106.141	-	(57.071)	-	137.120
Impairment / Prov. Perdas		(25.083)	-	-	-	(1.926)	(27.009)
Peças Sobressalentes		62.245	-	-	(2.297)	(878)	59.070
Custo		2.120.335	106.141	(4.927)	(129)	(2.804)	2.218.616
Aterro Industrial	25%	(8.573)	-	-	-	-	(8.573)
Benfeitorias	4%	(8.684)	-	-	-	(890)	(9.574)
Edificações	3%	(65.710)	-	-	-	(9.439)	(75.149)
Instalações	11%	(9.285)	-	-	-	(2.723)	(12.008)
Máquinas e equipamentos	7%	(718.886)	-	4.170	-	(108.861)	(823.577)
Movéis e Utensílios	11%	(13.716)	-	-	-	(1.450)	(15.166)
Veículos	20%	(994)	-	56	-	(90)	(1.028)
Depreciação Acumulada		(825.848)	-	4.226	-	(123.453)	(945.075)
Total Imobilizado		1.294.487	106.141	(701)	(129)	(2.804)	1.273.541
INTANGÍVEL							
ERP/Softwares		55.904	-	-	129	-	56.033
Custo		55.904	-	-	129	-	56.033
ERP/Softwares	20%	(46.563)	-	-	-	(3.019)	(49.582)
Amortização Acumulada		(46.563)	-	-	-	(3.019)	(49.582)
Total Intangível		9.341	-	-	129	-	6.451

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado								
	Taxa média de depreciação	2016	Adições	Baixas	Transferências	Prov Perdas	Depreciação Amortização	2017
IMOBILIZADO								
Terrenos		120.283	-	-	-	-	-	120.283
Aterro Industrial		8.573	-	-	-	-	-	8.573
Benfeitorias		15.929	-	-	(2)	-	-	15.927
Edificações		265.505	-	-	8.040	-	-	273.545
Instalações		36.435	-	-	13.545	-	-	49.980
Máquinas e equipamentos		1.528.434	-	(4.871)	37.095	-	-	1.560.658
Móveis e Utensílios		19.885	-	-	467	-	-	20.352
Veículos		1.339	-	(56)	92	-	-	1.375
Imobilizado em andamento		88.050	106.139	-	(57.069)	-	-	137.120
Impairment / Prov. Perdas		(25.083)	-	-	-	(1.926)	-	(27.009)
Peças Sobressalentes		62.248	-	-	(2.297)	(878)	-	59.073
Custo		2.121.598	106.139	(4.927)	(129)	(2.804)	-	2.219.877
Aterro Industrial	25%	(8.573)	-	-	-	-	-	(8.573)
Benfeitorias	4%	(8.684)	-	-	-	-	(980)	(9.664)
Edificações	3%	(65.710)	-	-	-	-	(9.439)	(75.149)
Instalações	11%	(9.285)	-	-	-	-	(2.723)	(12.008)
Máquinas e equipamentos	7%	(718.937)	-	4.170	-	-	(108.871)	(823.638)
Móveis e Utensílios	11%	(13.780)	-	-	-	-	(1.451)	(15.231)
Veículos	20%	(996)	-	56	-	-	(90)	(1.030)
Depreciação Acumulada		(825.965)	-	4.226	-	-	(123.554)	(945.293)
Total Imobilizado		1.295.633	106.139	(701)	(129)	(2.804)	(123.554)	1.274.584
INTANGÍVEL								
ERP/Softwares		55.904	-	-	129	-	-	56.033
Custo		55.904	-	-	129	-	-	56.033
ERP/Softwares	20%	(46.563)	-	-	-	-	(3.019)	(49.582)
Amortização Acumulada		(46.563)	-	-	-	-	(3.019)	(49.582)
Total Intangível		9.341	-	-	129	-	(3.019)	6.451

O montante no consolidado de R\$126.573 em 2017, sendo R\$123.554 referente à despesa de depreciação e R\$3.019 referente à amortização, foi reconhecido no resultado como:

- Custos dos produtos vendidos: R\$120.219 (R\$134.847 em 2016)
- Despesas comerciais: R\$2.394 (R\$2.623 em 2016)
- Despesas gerais e administrativas: R\$3.960 (R\$4.392 em 2016)

13.1. Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta de imobilizações em andamento, apresentadas na controladora e no consolidado, era de R\$137.120 (R\$88.050 em 31 de dezembro de 2016), e estava substancialmente representado por:

13.1.1. A unidade de Dias d'Ávila-BA possui saldo no montante de R\$98.983 em 31 de dezembro de 2017 (R\$54.404 em 31 de dezembro de 2016), referentes a diversos projetos oriundos da necessidade de melhoria na produção de Catodo de cobre, sendo os principais projetos: i) Manutenção e melhorias das atividades operacionais; ii) Compra de Refratários; iii) Revamp do forno elétrico e da caldeira; iv) Nova chaminé de emergência; v) Aquisição torre de absorção intermediária e vi) Atualização tecnológica e garantia operacional.

13.1.2. A unidade de Santo André-SP possui saldo no montante de R\$38.137 em 31 de dezembro de 2017 (R\$33.646 em 31 de dezembro de 2016), sendo que parte de valor foi constituída provisão para perda conforme nota explicativa 13.1.3. Os principais projetos destinados à manutenção, garantia das atividades operacionais e segurança corporativa.

13.1.3. Em 31 de dezembro de 2016 foi constituída uma provisão de R\$25.083 de projetos em andamento, na unidade de Santo André-SP, referentes a equipamentos adquiridos e sem previsão de instalação em decorrência de readequação de investimentos em CAPEX para preservação de caixa.

13.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado e intangível (*impairment*)

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos imobilizados, o qual evidenciou que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia constitui provisão para perda de R\$2.804, sendo R\$1.926 referente a máquinas e equipamentos sem uso, e R\$878 de peças sobressalentes com análise dos materiais e produtos sem movimentação há mais de 2 anos.

13.3. Imobilizado oferecido em garantia

A Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado em garantia de processos fiscais, garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção e garantia de empréstimos no processo de reperfilamento das dívidas, que em 31 de dezembro de 2017 totalizavam R\$1.255.741, conforme quadro abaixo:

Garantias de Processos	Tipo	Modalidade	Imobilizado
Tributária	Maquinas	Equipamentos	4.864
Cessão fiduciária de direitos - CSLL	Instalações - Utinga	Contrato de Alienação Fiduciária	1.392
Cessão fiduciária de direitos - CSLL	Maquinas e Equipamentos - Utinga	Contrato de Alienação Fiduciária	64.073
Total Geral			70.329

Garantias de Processos	Tipo	Modalidade	Imobilizado
FINAME	Maquinas	Equipamentos	41.426
FINEN	Predios e Benfeitorias	Hipoteca de primeiro grau	5.737
FINEN	Terrenos	Hipoteca de primeiro grau	4.545
FNE	Predios e Benfeitorias	Hipoteca de primeiro grau	89.853
FNE	Terrenos	Hipoteca de primeiro grau	106.831
FINIMP	Maquinas	Equipamentos	76.511
Sub-total (anterior a reestruturação)			324.903
Hipoteca (Pós-reperfilamento)	Benfeitorias em Terrenos - Dias D'Ávila	Hipoteca de primeiro grau	89
Hipoteca (Pós-reperfilamento)	Edificações / Obra Civil - Dias D'Ávila	Hipoteca de primeiro grau	86.645
Hipoteca (Pós-reperfilamento)	Terrenos - Dias D'Ávila	Hipoteca de primeiro grau	8.308
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Dias D'ávila	Imobilizado em andamento	Penhor de Equipamentos	101.365
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Dias D'ávila	Instalações	Penhor de Equipamentos	11.923
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Dias D'ávila	Maquinas e Equipamentos	Penhor de Equipamentos	388.026
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Dias D'ávila	Móveis e Utensílios	Penhor de Equipamentos	2.054
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Dias D'ávila	Peças de reposição - Imobilizado	Penhor de Equipamentos	32.368
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Utinga	Imobilizado em andamento	Penhor de Equipamentos	35.687
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Utinga	Instalações	Penhor de Equipamentos	15.841
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Utinga	Maquinas e Equipamentos	Penhor de Equipamentos	95.036
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Utinga	Móveis e Utensílios	Penhor de Equipamentos	468
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Utinga	Peças de reposição - Imobilizado	Penhor de Equipamentos	4.917
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Utinga	Veiculos	Penhor de Equipamentos	97
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Serra	Maquinas e Equipamentos	Penhor de Equipamentos	1.332
Cessão fiduciária de direitos - HSBC	Maquinas e Equipamentos - Dias D'Ávila	Alienação Fiduciária de Equipamentc	76.353
Sub-total (Hipotecados/Penhorados reperfilamento)			860.509
Total Garantia de Empréstimos			1.185.412
Total Garantia			1.255.741

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Fornecedores

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Nacionais					
Mercadorias		36.411	12.382	36.417	12.382
Fretes e transportes		20.752	9.649	21.684	10.527
Serviços		16.757	10.487	16.881	10.621
Energia elétrica/água e esgoto/gás		6.651	7.022	6.651	7.022
Seguros		4.574	3.003	4.574	3.003
Outros		405	78	405	78
Partes relacionadas	12.2	756	59.641	-	-
Ajuste a valor presente		(133)	(127)	(134)	(128)
		86.173	102.135	86.478	43.505
Exterior					
Mercadorias	(a)	715.329	110.266	715.329	110.266
		715.329	110.266	715.329	110.266
		801.502	212.401	801.807	153.771
Passivo circulante		800.898	212.373	801.203	153.743
Passivo não-circulante		604	28	604	28

a) Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía R\$603.142 (US\$182.328 a taxa de R\$3,3080) de compras de concentrado conforme acordo celebrado com a Glencore (nota explicativa 12.4.b).

15. Operações com forfaiting e cartas de crédito

Corresponde a contratos firmados de compra de concentrado de cobre com fornecedores que utilizam bancos para operações denominadas “forfaiting”. Nessas transações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização das instituições financeiras permite aos fornecedores alongar prazos de pagamentos para seus clientes e, ao mesmo tempo, antecipar o recebimento de suas vendas a prazo, contribuindo para a melhoria de seus fluxos de caixa operacionais.

Considerando as características de tais transações e cientes da forma como nossos fornecedores estão financiando suas operações, os montantes referentes a estas transações estão sendo apresentados em rubrica específica. Os prazos e condições estão apresentados abaixo:

			Controladora/Consolidado			
	Taxa de juros	Prazo	2017		2016	
			US\$	R\$	US\$	R\$
Carta de Crédito	VC + 1,3% a 4,3% a.a.	até 360 dias	12.642	41.819	42.263	137.738
Forfaiting - Fornecedor exterior	VC + 2,8% a 5,7% a.a.	até 360 dias	-	-	140.559	458.095
			12.642	41.819	182.822	595.833

Em função do processo de reperfilamento da dívida da Companhia, parte das operações de *forfait*, R\$207.847, foram renovadas sob o instrumento de Pré-pagamento de exportação-PPE e parte foi para a aquisição das debêntures conversíveis em ação, R\$189.478.

16. Empréstimos e financiamentos

Em 25 de setembro de 2017, a Companhia concluiu todas as condições suspensivas para a implementação da Reestruturação junto a seus principais credores financeiros, representando cerca de 86% do total das dívidas financeiras da Companhia.

As principais condições renegociadas, em uma base comum para todos os credores, são prazo total de até 7 anos para pagamento das dívidas, sendo os 2 primeiros anos período de carência para o início do pagamento do principal e pagamento de juros anuais.

A Companhia incorreu em R\$29.421, relativos aos custos de transação diretamente atribuíveis ao processo de reperfilamento dos empréstimos e financiamentos, envolvendo principalmente a contratação de assessores jurídicos e financeiros, auditoria externa, gastos com elaboração de prospectos e relatórios bem como, taxas, comissões e registros. A contabilização está mantida em conta redutora do passivo conforme quadro abaixo.

Segue abaixo o saldo dos empréstimos líquidos dos custos de transação no final de cada período.

		Controladora			Consolidado		
		2017	2016		2017	2016	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante
Contratados em Moeda USD							
Financiamentos de importação	Libor 06 + 1,7% a.a.	29.986	10.921	299.321	29.986	10.921	299.321
Financiamentos de comércio exterior -ACC	Libor 12 + 1,75% a.a.	5.584	574.742	582.273	5.584	574.742	582.273
Pré-pagamento de exportação -PPE	Libor 12 + 3,25% a.a.	14.216	1.024.118	616.082	14.216	1.024.118	616.082
Cedula de credito bancario	Libor 12 + 3,25% a.a.	630	65.756	-	630	65.756	-
		<u>50.416</u>	<u>1.675.537</u>	<u>1.497.676</u>	<u>50.416</u>	<u>1.675.537</u>	<u>1.497.676</u>
Contratados em Moeda BRL							
Financiamento de Projetos	2,5% a 18,5% a.a	13.790	9.159	39.639	13.794	9.159	39.648
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	TJLP + 5% a 10% a.a	22.877	73.201	96.248	22.877	73.201	96.248
Capital de giro	CDI + 0,5% a.m	38.249	74.166	137.960	38.249	74.166	137.960
Nota de crédito de exportação - NCE	8% a.a.	-	-	73.608	-	-	73.608
		<u>74.916</u>	<u>156.526</u>	<u>347.455</u>	<u>74.920</u>	<u>156.526</u>	<u>347.464</u>
Custos de transação - reperfilamento		<u>(4.359)</u>	<u>(25.062)</u>	<u>-</u>	<u>(4.359)</u>	<u>(25.062)</u>	<u>-</u>
		<u>120.973</u>	<u>1.807.001</u>	<u>1.845.131</u>	<u>120.977</u>	<u>1.807.001</u>	<u>1.845.140</u>

As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2017 tem o seguinte vencimento:

	Controladora/Consolidado
2019.....	69.420
2020.....	381.457
2021.....	365.972
2022.....	560.179
2023.....	215.078
2024.....	214.895
	<u>1.807.001</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo a abertura do endividamento por banco após o reperfilamento da dívida.

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento Principal	Taxas	2017			Em USD		
					Passivo circulante Principal	Passivo circulante Juros	Passivo não circulante Principal	Passivo circulante Principal	Passivo circulante Juros	Passivo não circulante Principal
Contratados em Moeda BRL										
FINAME	Banco Abc Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2019	2,5% a 18,5% a.a	1.162	3	319	-	-	-
FINAME	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	2,5% a 18,5% a.a	2.367	10	667	-	-	-
BNDES AUT.	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	2,5% a 18,5% a.a	2.298	19	2.122	-	-	-
FINEM	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2019	2,5% a 18,5% a.a	7.878	53	6.053	-	-	-
FINEP	Finep	Mensal	2018 a 2023	TJLP + 5% a.a	1.531	41	7.398	-	-	-
FNE	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2021	10% a.a	20.000	1.305	65.802	-	-	-
GIRO	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2021	CDI + 0,5% a.m	36.895	1.059	73.230	-	-	-
Total contratados em moeda BRL					72.131	2.490	155.591	-	-	-
Contratados em Moeda USD										
FINIMP	HSBC Bank Brasil S.A.	Semestral	2018 a 2019	Libor 06 + 1,7% a.a	10.921	179	10.921	3.302	54	3.301
FINIMP	Mercantil Commercebank	Trimestral	2018	5,54% a.a	18.843	44	-	5.696	13	-
ACC	Banco Bnp Paribas Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	Libor 12 + 1,75% a.a	-	900	92.624	-	272	28.000
ACC	Banco Do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	Libor 12 + 1,75% a.a	-	900	92.624	-	272	28.000
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2020 a 2022	Libor 12 + 1,75% a.a	-	1.872	192.823	-	566	58.290
ACC	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2022	Libor 12 + 1,75% a.a	-	296	30.443	-	90	9.203
ACC	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2022	Libor 12 + 1,75% a.a	-	643	66.160	-	194	20.000
ACC	Scotiabank	Semestral	2020 a 2022	Libor 12 + 1,75% a.a	-	972	100.067	-	294	30.250
PPE	Banco Sumitomo Mitsui Br. S.A.	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	1.622	116.872	-	490	35.330
PPE	Scotiabank	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	164	11.842	-	50	3.580
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	399	28.766	-	121	8.696
PPE	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	526	37.912	-	159	11.461
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	6.359	458.063	-	1.922	138.471
PPE	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	2.634	189.758	-	796	57.363
PPE	Banco Do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	1.264	91.087	-	377	27.152
PPE	Bladex Representação Ltda	Semestral	2020 a 2024	Libor 12 + 3,25% a.a	-	1.247	89.819	-	382	27.535
CCB	Banco Itaú Bba S.A.	Semestral	2018 a 2019	Libor 12 + 3,25% a.a	-	926	66.691	-	280	20.161
Total contratados em moeda USD					29.764	20.947	1.676.472	8.998	6.332	506.793
Custos de transação - reperfilamento					(4.359)	-	(25.062)	-	-	-
Total					97.536	23.437	1.807.001	8.998	6.332	506.793

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo total de empréstimos e financiamentos foi integralmente classificado no passivo circulante, em função do não atendimento dos *covenants* bem como *default* das demais dívidas. Com a conclusão do processo de reperfilamento das dívidas, a Companhia voltou a classificar os empréstimos e financiamentos entre circulante e não circulante, de acordo com o vencimento. O montante reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$433.464. Conforme descrito na nota 1, a Companhia adotou uma série de medidas para reestruturação do capital que inclui renegociação do alongamento da dívida e novos padrões para os *covenants*.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor de R\$1.185.412, conforme nota explicativa 13.3.

Covenants:

Em relação aos *covenants* financeiros, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices:

a) Dívida Líquida / EBITDA:

- igual ou inferior a -50,9 x em 31 de dezembro de 2017;
- igual ou inferior a 63,1x em 30 de junho de 2018;
- igual ou inferior a 16,6x em 31 de dezembro de 2018;
- igual ou inferior a 14,6x em 30 de junho de 2019;
- igual ou inferior a 10,4x em 31 de dezembro de 2019;
- igual ou inferior a 9,0x em 30 de junho de 2020;

- igual ou inferior a 7,0x em 31 de dezembro de 2020;
- igual ou inferior a 6,5x em 30 de junho de 2021;
- igual ou inferior a 5,8x em 31 de dezembro de 2021;
- igual ou inferior a 5,8x em 30 de junho de 2022;
- igual ou inferior a 5,2x em 31 de dezembro de 2022;
- igual ou inferior a 5,0x em 30 de junho de 2023;
- igual ou inferior a 4,3x em 31 de dezembro de 2023;
- igual ou inferior a 4,6x em 30 de junho de 2024; e
- igual ou inferior a 3,9x em 31 de dezembro de 2024.

Para fins deste item (a), as Partes concordam que eventual descumprimento de tal índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Recorrente e Não Ajustado, em bases consolidadas, apurados em 31 de dezembro de 2017, 30 de junho de 2018, e 31 de dezembro de 2018 não ensejará o vencimento antecipado dos contratos definitivos. Sem prejuízo, a Companhia, neste caso, fica obrigada a, no prazo de 15 (quinze) dias contado de tal descumprimento, fornecer aos Credores relatório detalhado descrevendo as razões para tal descumprimento e detalhando as condições financeiras da Companhia, bem como se disponibilizar a realizar uma reunião presencial ou por conferência telefônica, em dia útil e horário comercial, com os credores para apresentar as causas e plano de ação para corrigir tal descumprimento.

A Companhia apresentou conformidade com os *covenants* em 31 de dezembro de 2017, apesar de não ensejar o vencimento antecipado para eventual descumprimento do índice financeiro até 31 de dezembro de 2018, conforme descrito acima.

b) Liquidez Corrente

A Companhia deve apresentar também o índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x (uma vez), conforme medido em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com base nas demonstrações informações financeiras divulgadas pela Companhia após a primeira publicação das demonstrações financeiras auditadas após a celebração deste Acordo.

c) Limite mínimo de estoque e recebíveis

A partir do trimestre findo em 30 de setembro de 2017 (inclusive), entregar aos credores correspondência demonstrando o cálculo detalhado do limite mínimo de estoques e recebíveis para tal período fiscal correspondente com base nas informações financeiras divulgadas trimestralmente pela Companhia, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (i.e., Informações Financeiras Trimestrais – ITRs para os trimestres encerrados em março, junho e setembro, e informações financeiras anuais para o trimestre encerrado em dezembro).

17. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisões de férias	23.862	25.308	23.929	25.377
Participação nos resultados	18.414	9.658	18.483	9.842
Previdência social	5.378	5.113	5.393	5.150
Fundo de garantia por tempo de serviço	1.412	1.431	1.416	1.436
Previdência privada	408	469	410	469
Outros	132	29	136	32
Passivo circulante	49.606	42.008	49.767	42.306

18. Impostos e contribuições a recolher

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS		6.375	1.886	6.375	2.097
Imposto circulação de mercadorias e serviços - ICMS		7.919	8.294	7.927	8.297
Programa de integração social - PIS		1.371	464	1.371	509
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		69	175	69	175
Imposto sobre produtos industrializados - IPI		1.838	1.790	1.838	1.790
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		2.367	3.007	2.371	3.009
Imposto de renda e contribuição social do exercício corrente 26.2		-	-	4.596	-
PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços		728	588	728	588
Imposto sobre serviços - ISS		704	436	704	437
Outros		26	33	26	33
		21.397	16.673	26.005	16.935
Passivo circulante		21.219	16.208	25.827	16.470
Passivo não-circulante		178	465	178	465

Em 18 de julho de 2017, a Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, instituído pela Medida Provisória 783/2017. A Companhia optou pela inclusão do processo nº 10805.723.062/2016-57 neste Programa, referente à discussão entre a Companhia e a União em torno da CSLL da incorporada “Caraíba”. Apesar da expectativa de perda ser considerada possível conforme opinião dos assessores jurídicos, como o débito teve sua discussão parcialmente encerrada na esfera administrativa, impedia a Companhia de obter Certidão de Regularidade Fiscal. Além disso, o contexto fático e jurídico do débito se diferenciava em relação aos demais casos de CSLL, pois somente neste processo a autuação fiscal ocorreu depois do trânsito em julgado da Ação Rescisória em desfavor da Caraíba. Portanto, a Companhia aderiu ao Programa optando em pagar o débito no valor total de R\$186.776, sendo 20% à vista no valor de R\$37.355 dividido em 5 parcelas mensais e sucessivas de R\$7.471, com o vencimento da última parcela para 30 de novembro de 2017, corrigido pela Selic, e o restante de 80% no valor de R\$149.421 compensados com créditos de prejuízo fiscal de anos anteriores.

A Companhia reconheceu a contingência como provável no valor total de R\$ 186.776, na rubrica de provisão para demandas judiciais em outras despesas operacionais, na DRE, aderindo ao PERT na opção de utilizar o prejuízo fiscal.

Em 31 de dezembro de 2016, conforme nota explicativa 26.1.a, havia uma provisão para perda do prejuízo fiscal no montante de R\$278.401. Com a adesão ao PERT, sendo possível a utilização de créditos, a Companhia reconheceu o direito no valor de R\$149.421, na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos no DRE, o suficiente para compensar o valor do débito.

O sistema tributário brasileiro é de auto lançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos, contados da data de arquivamento.

19. Provisão para demandas judiciais

19.1. Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia e suas Controladas, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente.

Segue saldos da provisão, líquido dos depósitos judiciais pela causa relacionada.

	2017			Controladora/Consolidado 2016		
	Provisões	Depositos Judiciais	Saldo Líquido	Provisões	Depositos Judiciais	Saldo Líquido
Trabalhista	179.350	(6.831)	172.519	178.136	(6.742)	171.394
Tributário	1.875	-	1.875	7.635	-	7.635
Cível	4.980	(34)	4.946	3.683	(34)	3.649
	186.205	(6.865)	179.340	189.454	(6.776)	182.678

A movimentação das provisões está demonstrada conforme a seguir:

			Controladora/Consolidado		
	Notas	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016		178.136	3.683	7.635	189.454
Provisão / Reversão		58.913	2.525	181.023	242.461
Adesão ao PERT	18	-	-	(186.776)	(186.776)
Baixas		(57.699)	(1.228)	(7)	(58.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		179.350	4.980	1.875	186.205

As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia. A redução da provisão/reversão para R\$58.913 em 31 de dezembro de 2017 (R\$73.409 em 31 de dezembro de 2016), deve-se ao fato da Companhia, juntamente com os assessores jurídicos, reavaliaram as causas trabalhistas acerca da atual jurisprudência consolidada da Justiça do Trabalho, bem como o histórico comportamental dos processos trabalhistas em que a Companhia figura no polo passivo de demanda.

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais.

19.2. Riscos avaliados como possíveis

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram registradas provisões.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas	108.870	260.700	108.870	260.700
Tributárias	635.889	811.989	636.211	879.647
Previdenciárias	22.796	22.695	22.796	22.695
Cíveis	1.194.087	979.402	1.194.087	979.402
	<u>1.961.642</u>	<u>2.074.786</u>	<u>1.961.964</u>	<u>2.142.444</u>

Os processos cujo risco é avaliado como possível estão sumarizados a seguir.

Os de maior relevância são de natureza cíveis e tributárias e estão comentados nos itens “a”, “b” e “c”:

a) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Por decisão judicial transitada em julgado, em 1994, a Companhia Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema S.A. em 13 de novembro de 2009, obteve o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro instituída pela Lei nº 7.689/88.

Com a decisão favorável à Caraíba Metais S.A., Companhia incorporada pela Paranapanema, foi questionada pela Fazenda Nacional, por meio de ação rescisória proposta em 1994, cujo objeto é o consequente restabelecimento da sujeição da Companhia (sucessora da Caraíba Metais S. A.) ao recolhimento da contribuição. A referida ação rescisória foi julgada procedente à União com o acolhimento do pedido e transitou em julgado em 29 de março de 2010.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a decisão que desconstituiu o direito em não recolher a CSLL não pode retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da Lei, motivo pelo qual a Companhia incorporada não registra provisão para esta contribuição desde o ano-calendário de 1994. Nos períodos anteriores a esta data, a Companhia não apurou base de cálculo positiva de CSLL.

Sobre o assunto, a Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou cinco autos de infração relativos a fatos gerados entre 1996 e 2008, sendo que três deles são alvos de Execuções Fiscais, devidamente garantidas, por meio de apólice judicial, as quais foram aceitas pelo juiz competente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estima os valores envolvidos, não provisionados, em R\$306.683 (R\$474.507 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$215.158 avaliados como risco possível e R\$91.525 como risco remoto, de acordo com a opinião de seus assessores jurídicos.

b) Multa isolada IPI e IRPJ

A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para cobrança de multa isolada por suposta compensação indevida de débitos de IPI e IRPJ no período de 2004 a 2006, efetuada pela incorporada Caraíba Metais S.A., por ter sido realizada antes do trânsito em julgado da ação judicial que discutia os créditos utilizados na compensação.

Em 24 de agosto de 2010, a incorporada Caraíba Metais S.A. obteve êxito parcial no julgamento do Recurso Voluntário apresentado, tendo sido reconhecido, por unanimidade, a inexistência de fundamento legal para imposição de multa isolada lançada até a edição da Lei nº 11.196/2005.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a cobrança é indevida conforme decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.164.452/MG, a qual foi submetido à sistemática de recursos repetitivos, no sentido de que a

exigência do trânsito em julgado da decisão judicial é requisito que somente pode ser exigido para ações ajuizadas após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 104/2001, que ocorreu em 11 de janeiro de 2001, ao passo que a ação judicial que fundamentou o crédito utilizado para compensação foi distribuída em 17 de agosto de 1998.

Atualmente, o processo permanece em discussão na 1ª instância da esfera judicial, tendo a cobrança sido impugnada pela Companhia por meio dos Embargos à Execução Fiscal.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estima o valor em decorrência do êxito parcial nos autos, não provisionados e devidamente atualizados, em R\$104.320 (R\$90.519 em 31 de dezembro de 2016), com risco avaliado como possível.

c) Contrato UBS Pactual S.A. e Santander S.A.

A Paranapanema celebrou, em 22.08.2008, Instrumento Particular de Troca de Parâmetro (Swap) com os bancos UBS Pactual S.A. ("BTG Pactual") e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander", e em conjunto com BTG Pactual, "Bancos"), cujo objeto era o preço da ação da Paranapanema (os "Contratos"). Os Bancos apresentaram, em 20.04.2009, notificações à Paranapanema cobrando, relativamente aos Contratos, o valor total de R\$208.500, corrigidos conforme os termos dos Contratos. A Companhia entende que referido valor não é devido. Por conta desta controvérsia, em abril de 2010, o Santander iniciou procedimento arbitral perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC"), cuja sentença, favorável ao Santander, havia determinado o pagamento de R\$292.000, corrigidos, a partir das datas definidas na sentença, pelo IGPM + 1% ao mês. Referida sentença foi objeto de ação anulatória proposta pela Paranapanema na Justiça comum, a qual foi julgada procedente em primeira e segunda instância, determinando a anulação da decisão proferida pelo CAM-CCBC. A ação anulatória está pendente de julgamento dos recursos endereçados aos Tribunais Superiores interpostos pela Paranapanema e pelo BTG Pactual. Tendo em vista a anulação da sentença arbitral, e, embora ainda haja recursos pendentes de julgamento, o Santander requereu a instalação de novo procedimento arbitral perante o CAM-CCBC. A nova arbitragem foi instituída, passando a tramitar sob o nº 02/2015/SEC1 (a "Arbitragem"). Deste procedimento arbitral são partes Santander, BTG Pactual e a Companhia. Em 1º de Agosto de 2016, a Direção do CAM-CCBC informou às partes que, com base nos pedidos dos requerentes, definiu o valor envolvido na arbitragem em R\$631.693. O valor informado poderá ser reavaliado a qualquer tempo durante o curso da arbitragem.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estima os valores envolvidos, com base na pretensão do Santander, não provisionados em R\$700.442 (R\$634.168 em 31 de dezembro de 2016), sendo avaliados como risco possível.

20. Outros passivos circulantes

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Dividendos a pagar	(a)	24.429	24.560	24.429	24.560
Adiantamentos de clientes	(d)	33.799	9.332	37.520	9.704
Serviços e honorários advocatícios		11.718	15.760	11.718	15.760
Provisões diversas		13.711	9.462	13.916	9.463
Comissões sobre vendas		8.883	8.570	9.041	8.649
Provisão despesas meio-ambiente	(b)	6.874	5.719	6.874	5.719
Créditos de clientes	(c)	617	6.791	1.115	7.559
Outros		1.103	1.114	1.105	1.114
Passivo circulante		101.134	81.308	105.718	82.528
Dividendos a pagar		24.429	24.560	24.429	24.560
Adiantamentos de clientes		33.799	9.332	37.520	9.704
Outros passivos circulantes		42.906	47.416	43.769	48.264
		101.134	81.308	105.718	82.528

- a) Dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, contemplando a atualização monetária do montante com base no IGP-M, conforme nota explicativa 21k.
- b) Refere-se aos gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré.
- c) Crédito de clientes refere-se a ajustes entre os parâmetros de preços, volumes e/ou teores metálicos cobrados no faturamento e os parâmetros finais da transação.
- d) Valor referente a adiantamentos de clientes (maioria provenientes de exportação) onde o preço de venda final é posteriormente ajustado pelo volume, teor metálico ou qualidade verificada pelo cliente.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$1.979.377.133,84 (Um bilhão, novecentos e setenta e nove milhões, trezentos e setenta e sete mil, cento e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos) dividido em 688.933.769 ações escriturais, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal e em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R\$1.382.990 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, novecentos e noventa mil reais), dividido em 319.176.942 ações escriturais, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O aumento se refere a emissão de 225.871.018 novas ações ordinárias, conforme nota explicativa 1.a., e 143.885.809 de debêntures convertidas em ações, conforme nota explicativa 1.b. O capital social da Companhia foi aumentado, dentro do limite do capital autorizado ("Aumento de Capital"), nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia, no montante de R\$596.386.665,36 (quinhentos e noventa e seis milhões, trezentos e oitenta e seis mil e seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos), sendo R\$352.358.788,08 (trezentos e cinquenta e dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil setecentos e oitenta e oito reais e oito centavos) referente a emissão de ações, R\$ 249.403.194,02(duzentos e quarenta e

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nove milhões, quatrocentos e três mil e cento e noventa e quatro reais e dois centavos), referente a conversão de debêntures em ação, deduzido dos custos de transação para a emissão de títulos e valores mobiliários no montante de R\$5.375.316,74 (cinco milhões, trezentos e setenta e cinco ml, trezentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos).

A composição acionária do capital da Companhia é como segue:

	%	2017	%	2016
Caixa de Previd. dos Func. do Banco do Brasil - PREVI	21,94	151.147.203	23,96	76.468.727
Caixa Econômica Federal	18,19	125.316.514	17,23	54.990.591
Fundo de recuperação de ativos - FIDC NP	6,90	47.539.400	-	-
Cargill Financial Services Internat, Inc	6,74	46.405.116	-	-
Bonsucex Holding S.A.	6,30	43.437.178	12,56	40.074.383
Glencore International Investments Ltd	6,14	42.307.692	-	-
Fund. Petrobras de Seguridade Social - PETROS	5,47	37.702.021	11,81	37.702.021
Mineração Buritirama S.A.	4,65	32.051.282	-	-
Merril Lynch Intenational	3,30	22.760.182	-	-
Sul America Investimentos DTVM S.A.	-	-	6,87	21.928.000
Ações em Tesouraria	0,00	24.509	0,01	24.505
Mercado	20,36	140.242.672	27,57	87.988.715
Quantidade de Ações		688.933.769		319.176.942

b) Debêntures conversíveis em ações

O Conselho de Administração, aprovou em 29 de agosto de 2017, o lançamento da oferta pública de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia. Conforme nota explicativa 1.b. o lançamento da oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, em duas séries, da espécie quirografária, sem garantia adicional, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, pelo Banco Modal S.A. Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Agente Escriturador Banco Bradesco S.A. Valor unitário R\$1,00. Foram emitidas 334.216.991 debêntures da 1ª Série e 25.786.827 debêntures da 2ª Série. A 1ª série tem vencimento em 01/09/2019 e a 2ª série tem vencimento em 01/09/2021. A subscrição foi no montante de R\$360.000 de debêntures conversíveis em 207.694.546 de ações. Em 22 de setembro de 2017, os investidores converteram as dívidas em debêntures, conforme nota explicativa 1.c. As debêntures poderão ser convertidas em ações a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de debêntures convertidas em ações totalizaram R\$249.402 (conforme nota 1 item B)

c) Capital social autorizado

A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o capital social da Paranapanema independentemente de decisão de assembleia, mediante deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$2.500.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, entre as hipóteses permitidas por lei.

d) Direitos das ações

Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Detém o direito de voto todas as ações ordinárias que compõem a titularidade do capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado.

Conforme Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A., os detentores de ações ordinárias da Companhia têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço que as ações do bloco de controle tenham sido negociadas (*tag along* de 100%);

e) Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social.

f) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha 24.509 ações em tesouraria (24.505 em 31 de dezembro de 2016), sendo todas ações ordinárias. O valor de mercado da totalidade das ações em tesouraria calculado com base na última cotação em bolsa em 31 de dezembro de 2017, é de R\$39 (R\$37 em 31 de dezembro de 2016).

g) Reserva de incentivos fiscais

A Paranapanema é beneficiária até 2020, nos termos do Regulamento dos Incentivos Fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, conforme instituído pela Portaria Ministro de Estado da Integração Nacional – MIN N° 283 de 04/07/2013 (“Regulamento”), da redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração. O Lucro da exploração é calculado com base no lucro líquido apurado no período, excluindo dos benefícios fiscais (i) os resultados financeiros e (ii) os ganhos de capital.

De acordo com o artigo 11 do Regulamento, “o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude dos benefícios fiscais de que trata este Regulamento não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social”. Assim, se constitui uma obrigação da Companhia destinar à Reserva de Incentivo Fiscal o valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), o qual, por definição, não transita pelo resultado, por não se referir à entrega de bens ou serviços pela Companhia.

h) Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui:

- Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos, usados como *hedge* de fluxo de caixa na pendência do reconhecimento futuro no resultado, junto com o efeito do item *hedgeado* quando ambos forem liquidados (veja nota explicativa nº28).
- Ajustes acumulados de conversão, que incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das empresas Controladas com operações no Exterior.

Movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial

	Hedge Fluxo de Caixa					Total
	Receita exportação ACC/PPE	NDF receita de vendas	Custo Metal x Futuro Bolsa	Outras Dívidas	Var. camb. Invest. exterior	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(650.164)	(215.398)	27	(486.386)	80	(1.351.272)
Outros resultados abrangentes	195.374	29.763	58	61.259	(183)	285.702
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(454.790)	(185.635)	85	(425.127)	(103)	(1.065.570)
Outros resultados abrangentes	21.645	38.109	(4)	543	1	60.294
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(433.145)	(147.526)	81	(424.584)	(102)	(1.005.276)

i) Valor de mercado das ações da Companhia.

O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na B3 S.A., correspondia em 31 de dezembro de 2017 a R\$1.081.626 (R\$481.957 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2017, um patrimônio líquido de R\$888.522 (R\$257.010 em 31 de dezembro de 2016), sendo o valor patrimonial das ações de R\$1,29 (R\$0,81 em 31 de dezembro de 2016).

j) Prejuízo por ação

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do (prejuízo) lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do prejuízo básico por ação:

	2017	2016
Prejuízo básico por ação - ordinária		
Prejuízo do exercício	(135.770)	(373.168)
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação (*)	423.494.773	319.152.437
Prejuízo básico por ação - ordinária	(0,32059)	(1,16925)
Prejuízo diluído por ação - ordinária		
Prejuízo do exercício	(135.770)	(373.168)
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação (*)	423.494.773	319.152.437
Debentures conversível	63.808.745	-
Média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	487.303.518	319.152.437
Prejuízo diluído por ação - ordinária	(0,27861)	(1,16925)

(*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o período.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

k) Destinação do Lucro

O estatuto social prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

l) Reserva de reavaliação

O saldo da conta Reserva de Reavaliação refere-se a valores constituídos antes da vigência da Lei nº 11.638/07, e será mantido até sua efetiva realização. A realização da reserva é refletida na conta de lucros ou prejuízos acumulados. O mesmo tratamento é dado com referência à reversão dos impostos e contribuições diferidos, que foram registrados por ocasião da contabilização de reavaliação.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da reserva de reavaliação, líquido da provisão para tributos totalizava R\$218.917 (R\$226.827 em 31 de dezembro de 2016). O efeito na conta de lucros ou prejuízos acumulados, devido à realização da reserva mediante depreciação, em 2017 foi de R\$7.910 (R\$9.022 em 2016)

m) Pagamento dos Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") de Acionistas da Companhia realizada em 28 de abril de 2017, aprovou, por unanimidade, a renovação da postergação do pagamento dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016 ("AGO 2016"). O pagamento de referidos dividendos será realizado até 31 de dezembro de 2019, contemplando a atualização monetária com base no IGP-M a partir de 24 de junho de 2016 até a efetiva quitação.

22. Receita líquida de vendas**a) Abertura da receita líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de vendas	4.581.647	5.754.600	3.900.805	5.106.837
Mercado interno	2.578.689	2.678.980	1.897.847	2.026.310
Mercado externo	2.002.958	3.075.620	2.002.958	3.080.527
Impostos e Deduções de Vendas	(532.380)	(646.325)	(392.345)	(520.382)
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	(23.934)	(21.018)	(23.934)	(21.018)
Imposto circulação de mercad. e serviços-ICMS	(271.393)	(259.593)	(189.853)	(179.666)
Incentivo Fiscal ICMS - Desenvolve (I)	82.292	94.056	82.292	94.056
Programa de integração social - PIS	(39.703)	(39.063)	(28.548)	(28.167)
Contrib. financ. da seguridade social - COFINS	(182.876)	(179.926)	(131.492)	(129.741)
Demais deduções sobre vendas	(96.766)	(240.781)	(100.810)	(255.846)
Receita líquida de vendas	4.049.267	5.108.275	3.508.460	4.586.455
Receita Líquida MI	2.094.496	2.198.259	1.553.689	1.671.532
Receita Líquida ME	1.954.771	2.910.016	1.954.771	2.914.923
	4.049.267	5.108.275	3.508.460	4.586.455

- (I). A unidade industrial sede social localizada em Dias d'Ávila, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. Em agosto de 2016, pelo Decreto nº 16.970 foi regulamentada a Lei n 13.564, estabelecendo que a fruição de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros que resultem em redução do valor do ICMS

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a ser pago fica condicionado ao pagamento, pelo respectivo beneficiário, do valor correspondente a 10% do benefício ou incentivo, destinado ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

b) Informações geográficas – receita bruta de clientes no Exterior

	Controladora / Consolidado	
	2017	2016
América	621.728	556.707
Europa	1.083.949	1.402.843
Ásia	285.209	1.119.608
África	12.072	1.369
	<u>2.002.958</u>	<u>3.080.527</u>

A exportações realizadas para Europa e Ásia está basicamente representada pelas vendas às empresas na modalidade *trading companies*, onde o principal destino final foi a China.

23. Despesas por natureza

		Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Custo do Metal		(3.376.848)	(4.214.623)	(2.821.151)	(3.659.959)
Pessoal e Benefícios	(b)	(233.960)	(241.532)	(237.360)	(245.353)
Depreciação		(126.472)	(141.850)	(126.573)	(141.862)
Energia Eletr/Água/Gas/Comb. e Lubrif		(122.133)	(130.657)	(122.240)	(130.774)
Serviços de terceiros		(50.002)	(96.413)	(50.695)	(97.481)
Manutenção		(74.482)	(76.921)	(74.481)	(77.025)
Estoque de Insumos utilizados/absorvidos		(62.861)	(50.153)	(61.168)	(63.946)
Aluguéis		(20.052)	(20.976)	(20.947)	(22.102)
Assuntos instit. e legais		(13.875)	(12.147)	(13.927)	(12.192)
Informática/Telecomunicação		(5.936)	(7.820)	(5.992)	(7.925)
Outras despesas		(5.081)	(5.303)	(5.112)	(5.329)
Despesas de viagem		(2.681)	(3.016)	(2.682)	(3.036)
Vendas e marketing		(1.272)	(2.793)	(1.288)	(2.844)
Transferência de ociosidade para despesa	(a)	182.877	121.092	182.877	121.092
		<u>(3.912.778)</u>	<u>(4.883.112)</u>	<u>(3.360.739)</u>	<u>(4.348.736)</u>
Custo dos produtos vendidos		(3.820.888)	(4.776.852)	(3.263.895)	(4.236.587)
Despesas comerciais		(26.078)	(31.186)	(28.072)	(34.022)
Despesas gerais e administrativas		(65.812)	(75.074)	(68.772)	(78.127)
		<u>(3.912.778)</u>	<u>(4.883.112)</u>	<u>(3.360.739)</u>	<u>(4.348.736)</u>

- a) O aumento de ociosidade decorre principalmente do menor volume de produção em função da necessidade de readequar o nível de aquisição de matéria-prima à disponibilidade de capital de giro para preservação do caixa. A transferência para outras despesas operacionais, está de acordo com os práticas contábeis da Companhia.(nota 4.K)
- b) Os valores referentes a pessoal e benefícios englobam salários, férias, 13ºsalarios, previdência social e privada, assistência médica e odontológica, refeições e transportes.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Recuperações diversas		2.608	1.806	2.608	1.856
Recebimento precatório		3.769	-	3.769	-
Receita de venda de energia	a	13.278	4.591	13.278	4.591
Recuperações de impostos		1.725	18.776	1.755	18.776
Vendas diversas		1.103	1.339	1.103	1.339
Locação de imóveis e equiptos.		289	199	289	199
Lucros e Dividendos		61	-	61	-
Reversão de Provisão PL negativo de controlada	12	-	2.817	-	-
Recuperação de despesas de despachantes		-	1.493	-	-
Reversão perda créditos de liquid. duvidosa	07	-	1.042	-	16.483
Reversão de outras perdas estimadas		5.770	45	5.770	45
Reversão de outras perdas Imobilizado	13	-	11.981	-	11.981
Vendas de ativo imobilizado		-	2	-	2
Programa especial de regularização tributaria- PERT		1.326	-	1.326	-
Outras receitas operacionais		1.111	1.847	1.113	1.846
Total de outras receitas operacionais		31.040	45.938	31.072	57.118
Ociosidade	23	(182.877)	(121.092)	(182.877)	(121.092)
Provisão para demandas judiciais	19	(242.461)	(77.361)	(242.461)	(77.361)
Provisão perda créditos de liquid. duvidosa	07	(24.269)	(27.341)	(28.557)	(28.398)
Indenizações trabalhistas		(5.800)	(4.900)	(5.826)	(4.946)
PIS e COFINS sobre outras receitas		(1.635)	(4.974)	(1.635)	(5.416)
Custo ativo imobilizado baixado		(701)	(6.556)	(701)	(6.762)
Provisão de Honorários de Êxito		(712)	(9.793)	(712)	(9.793)
Multas por auto de infração		(435)	(704)	(584)	(751)
Custo das vendas diversas		(179)	(922)	(179)	(922)
Baixa de créditos de impostos		-	(906)	-	(906)
Provisão perda ativo imobilizado	13	-	(25.083)	-	(25.083)
Provisão perda créditos de impostos	09	-	(21.650)	-	(21.650)
Outras perdas estimadas		(6.013)	(363)	(6.013)	(363)
Programa especial de regularização tributaria- PERT		(3.535)	-	(3.535)	-
Outras despesas operacionais		(16.209)	(3.944)	(16.675)	(3.765)
Total de outras despesas operacionais		(484.826)	(305.589)	(489.755)	(307.208)
Total de outras operacionais, líquidas		(453.786)	(259.651)	(458.683)	(250.090)

- a) Receita de venda de energia: refere-se à venda de energia elétrica excedente, não utilizada na produção.

25. Receitas (despesas) financeiras

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Variação cambial passiva	a	(292.068)	(923.731)	(292.068)	(923.731)
Instrumentos financeiros derivativos	b	(146.968)	(406.616)	(146.968)	(406.646)
Despesa de juros		(166.771)	(128.025)	(175.414)	(142.167)
Ajuste a valor presente		(12.966)	(44.388)	(27.356)	(57.795)
Hedge de valor justo de estoques		(18.002)	(22.308)	(18.002)	(22.308)
Despesas bancárias / IOF		(11.361)	(9.949)	(11.470)	(10.101)
Variação monetária passiva		(1.015)	(22.129)	(1.015)	(22.129)
Outras despesas financeiras		(13.838)	(1.198)	(15.295)	(1.399)
Total das despesas financeiras		(662.989)	(1.558.344)	(687.588)	(1.586.276)
Variação cambial ativa	a	259.660	928.735	259.660	928.735
Instrumentos financeiros derivativos	b	97.655	366.269	97.776	366.418
Ajuste a valor presente		27.532	27.971	40.271	44.773
Receita de juros		19.934	70.888	28.928	71.932
Hedge de valor justo de estoques		48.196	45.694	48.196	45.694
Variação monetária ativa		4.311	13.200	4.311	13.205
Outras receitas financeiras		13.344	29.848	20.636	19.711
Total das receitas financeiras		470.632	1.482.605	499.778	1.490.468
Total resultado financeiro		(192.357)	(75.739)	(187.810)	(95.808)

- a) Variação Cambial: Refere-se à atualização dos ativos e passivos expostos em moeda estrangeira, principalmente em USD, cuja apreciação frente ao Real durante o período gerou

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

variação cambial considerável, tanto na ponta ativa quanto na passiva. Apesar disso, o resultado consolidado da variação cambial da Companhia está praticamente neutralizado nos períodos, conforme abaixo demonstrado:

Controladora / Consolidado		
	2017	2016
Variação cambial passiva	(292.068)	(923.731)
Variação cambial ativa	259.660	928.735
Efeito líquido da variação cambial	(32.408)	5.004

b) Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesa financeira Instrumentos financeiros derivativos	(146.968)	(406.616)	(146.968)	(406.646)
Receita financeira Instrumentos financeiros derivativos	97.655	366.269	97.776	366.418
Efeito líquido dos instrumentos financeiros derivativos	(49.313)	(40.347)	(49.192)	(40.228)

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

26.1 Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferido têm as seguintes origens:

	Nota	2017			2016		
		Controladora	Controlada CDPC	Consolidado	Controladora	Controlada CDPC	Consolidado
Aliquota		25%	34%		25%	34%	
Créditos sobre prejuízos fiscais		979.183	33.410	1.012.593	1.336.590	39.233	1.375.823
IR s/ Prejuízo Fiscal		244.796	11.359	256.155	334.148	13.339	347.487
Provisão de Baixa de créditos sobre prejuízos fiscais		-	-	-	(278.401)	-	(278.401)
IR s/ Prejuízo Fiscal	a)	244.796	11.359	256.155	55.747	13.339	69.086
Variações cambiais líquidas		(783.478)	-	(783.478)	(929.585)	-	(929.585)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		77.333	5.471	82.804	53.277	1.374	54.651
Provisão para demandas judiciais		186.205	-	186.205	189.454	-	189.454
Perda estimada (reversão) valor recuperável dos estoques		(1.150)	-	(1.150)	15.648	-	15.648
Perdas estimadas diversas		20.348	-	20.348	28.874	-	28.874
Reversões (Provisões) instrumentos financeiros e outros		(26.955)	899	(26.056)	(108.965)	571	(108.394)
Participação de administradores e outros		6.760	57	6.817	6.688	76	6.764
Provisão ajuste valor presente		1.860	4.571	6.431	1.321	534	1.855
Total diferenças temporárias		(519.077)	10.998	(508.079)	(743.288)	2.555	(740.733)
IR s/ diferenças temporárias	b)	(129.769)	3.739	(126.030)	(185.822)	869	(184.953)
IR e CS diferidos		115.027	15.098	130.125	(130.075)	14.208	(115.867)
IR s/ Reserva de Reavaliação	c)	(74.744)	-	(74.744)	(77.276)	-	(77.276)
Ativo não-circulante		40.283	15.098	55.381	(207.351)	14.208	(193.143)
Passivo não-circulante		-	-	-	(207.351)	-	(207.351)

- a) A Companhia possui, no consolidado, prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$1.012.593 (R\$1.375.823 em 31 de dezembro de 2016), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros.

Devido às incertezas de gerações de lucros tributáveis futuros, levando em consideração a existência de prejuízos fiscais e da utilização integral dos créditos fiscais, constituiu-se uma perda estimada no montante de R\$278.401 em 31 de dezembro de 2016. Com a conclusão do processo de reestruturação de capital e reperfilamento das dívidas, e mediante as expectativas de realização de lucros tributáveis a Companhia reverteu a provisão em setembro de 2017, reconhecendo assim a totalidade dos créditos sobre prejuízos fiscais, no montante de R\$256.155. Conforme divulgado na nota 18 item a., a Companhia aderiu ao PERT no valor total de R\$186.776, sendo que 80%, ou seja R\$149.421 foram liquidados mediante a utilização

de créditos de prejuízo fiscal acumulados até o ano 2015. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitados a 30% dos lucros anuais.

- b) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrados, na rubrica de “Imposto de renda diferido”, valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva. Adicionalmente, com base no estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, o Grupo estima recuperar os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais no montante de R\$ 6.669 nos próximos 12 meses e o restante no prazo em até 10 anos.

A Companhia tem isenção de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração decorrente da produção de cobre e seus subprodutos, até o período-base de 2020.

Os benefícios de Imposto de Renda da Companhia estão condicionados à constituição de Reserva de Capital pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. As Reservas de Incentivos Fiscais constituídas somente poderão ser utilizadas para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

26.2 Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrada na demonstração do resultado, está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(532.825)	(131.463)	(529.088)	(129.304)
Alíquota fiscal nominal combinada	25%	25%	25% e 34%	25% e 34%
Imposto de renda sobre lucro	133.206	(32.866)	124.868	(31.983)
Adições permanentes	15.550	(267)	15.550	(267)
Realização de reserva de reavaliação (depreciação/baixa)	2.627	3.218	2.627	3.218
(Reversão) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.014	6.373	7.407	1.455
Provisão (Reversão) para demandas judiciais	(812)	3.133	(812)	2.924
Outras provisões dedutíveis	14.324	(32.945)	15.802	(32.828)
Variação cambial líquida (regime caixa)	36.527	(98.203)	36.527	(98.203)
Patrimônio líquido negativo	-	(704)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	187.087	(92.328)	188.817	(91.064)
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	2.532	2.884	2.532	2.884
(Despesa) Crédito de imposto de renda	397.055	(241.705)	393.318	(243.864)
Imposto de renda do exercício corrente	-	-	(3.373)	-
Contribuição social do exercício corrente	-	-	(1.223)	-
Impostos do exercício corrente	-	-	(4.596)	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício anterior	-	-	(32)	-
Impostos correntes	-	-	(4.628)	-
Imposto de renda diferido	394.523	(244.589)	395.186	(246.176)
Contribuição social diferida	-	-	228	(572)
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	2.532	2.884	2.532	2.884
Impostos Diferidos	397.055	(241.705)	397.946	(243.864)
(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social	397.055	(241.705)	393.318	(243.864)
Taxa efetiva total	-74,52%	183,86%	-74,34%	188,60%
Taxa efetiva corrente	0,00%	0,00%	0,87%	0,00%

27. Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento de cobre, que compreende a produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos, bem como semielaborados de cobre e suas ligas.

	Consolidado	
	2017	2016
Cobre Primário	1.235.552	1.895.695
% das Receitas	35,2%	41,3%
Produtos de Cobre	1.822.390	2.177.925
% das Receitas	51,9%	47,5%
Vergalhões, Fios e outros	1.143.548	1.574.088
Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões	678.842	603.837
Coprodutos	450.518	512.835
% das Receitas	12,8%	11,2%
Receita Líquida Total	3.508.460	4.586.455

28. Instrumentos financeiros

28.1 Política de gestão de riscos de mercado

A Companhia reconhece que certos riscos de mercado, como variação do preço de *commodities*, taxa de câmbio e taxas de juros, são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a política da Companhia é evitar riscos desnecessários e garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

O Conselho de Administração conta com o Comitê de Finanças, Riscos e Contingências para assistir ao estabelecimento de políticas de gestão de risco e garantir que os procedimentos apropriados estejam em vigor, para que todas as exposições ao risco incorridas pela Companhia estejam identificadas e avaliadas. Além disso, o Comitê deve monitorar para que essas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerentes às dívidas da Companhia.
- Risco cambial e risco de preços de *commodities* decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes.
- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no Exterior e empréstimos, estoques vinculados a *commodities* cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros.
- Risco de base (*Basis Risk*) decorrentes de diferenças temporais, de volume, e de indexadores que porventura podem ocorrer entre a contratação e liquidação do instrumento e o objeto de *hedge*.

A política de Gestão de Riscos permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, *Commodities* e Taxas de Juros.

Instrumentos derivativos são somente utilizados para fins de “*Hedge*” uma vez que limitam as exposições financeiras associadas aos riscos identificados em determinados passivos e ativos da Companhia. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que o derivativo escolhido possa delimitar os riscos identificados dentro dos níveis de tolerância estabelecidos pela política.

A Companhia realiza operações de *hedge* com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos e enquadra essas transações nas regras de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) tais como definidas pela Deliberação CVM nº 604 (CPC 38). Nem todas as operações de *hedge* com derivativos são contabilizadas em aplicação das regras de contabilidade de *hedge*.

28.2 Metodologias de valor justo

Os instrumentos financeiros de derivativos são avaliados a valor justo e devidamente reconhecidos contabilmente em contas patrimoniais. A metodologia de avaliação a valor justo envolve parâmetros verificáveis, extraídos dos mercados futuros da B3 S.A. (Cupom Cambial e Pré), LME (cobre, zinco, estanho e chumbo) e LBMA (ouro e prata), *British Banker's Association (Libor)* e Bloomberg (dólar norte americano à vista - *Spot*).

A apuração do valor de mercado dos derivativos de câmbio pela Companhia consiste em calcular o valor futuro de acordo com as condições contratuais e trazer a valor presente pelas curvas de mercado (Pré e cupom cambial) e preços divulgados na Bloomberg e B3 S.A.. Os ajustes dos derivativos embutidos são feitos pela média dos preços futuros, baseados nas curvas divulgadas na LME e LBMA.

28.3 Derivativos embutidos

Cláusulas de ajuste dos preços de matérias primas, tais como o cobre, incluídas em contratos não canceláveis de compra ou venda de produtos, que são baseadas em preços de mercado para uma data subsequente à data de embarque ou entrega, são considerados derivativos embutidos, que requerem segregação e contabilização em separado. Isto se dá porque, de acordo com o CPC 38/AG30, ajustes dos fluxos de caixa de pagamentos indexados a preços de matérias primas (como o cobre, por exemplo) embutidos em passivos ou ativos financeiros não estão intimamente relacionados com o instrumento principal, uma vez que os riscos inerentes ao contrato principal e ao derivativo embutido não são semelhantes. Um derivativo embutido, que é bifurcado do seu contrato hospede e é contabilizado em separado ao valor justo por meio do resultado, como qualquer outro instrumento derivativo, pode ser designado como instrumento de *hedge* numa relação de contabilidade de *hedge*, tal como um *hedge* de valor justo de estoques de cobre.

Contratos de compra de Concentrado de Cobre e contratos de venda de Produtos de Cobre geralmente incluem um preço provisório na data do embarque, com o preço final baseado na média mensal do preço do cobre na LME para um período futuro determinado. Este período normalmente varia entre 30 e 120 dias após a data de embarque ou faturamento. Tal compra de concentrado e venda de produtos com preço provisório contém um derivativo embutido, o qual é requerido que seja separado do contrato principal e contabilizado como derivativo por separado no resultado.

28.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados em três categorias de mensuração: ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e outros passivos mensurados pelo método do custo amortizado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

					Controladora	
					Valor Contabil	Valor Justo
	Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	2017	2017
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	05	343.678	-	-	343.678	343.678
Aplicações financeiras	05	52.359	-	-	52.359	52.359
Contas a receber de clientes	07	432.347	-	-	432.347	432.347
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	85.554	-	85.554	85.554
Total dos ativos		828.384	85.554	-	913.938	913.938
Passivos financeiros						
Fornecedores	14	-	-	801.502	801.502	801.502
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	15	-	-	41.819	41.819	41.819
Adiantamentos de Clientes	20	-	-	33.799	33.799	33.799
Créditos de Clientes	20	-	-	617	617	617
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.927.974	1.927.974	1.927.974
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	44.034	-	44.034	44.034
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	139.636	-	139.636	139.636
Total dos passivos		-	183.670	2.805.711	2.989.381	2.989.381

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Valor Contabil	Controladora Valor Justo
	Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	2016	2016
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	05	139.492	-	-	139.492	139.492
Aplicações financeiras	05	93.698	-	-	93.698	93.698
Banco Conta vinculada	06	20.865	-	-	20.865	20.865
Contas a receber de clientes	07	560.810	-	-	560.810	560.810
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	27.234	-	27.234	27.234
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	5.700	-	5.700	5.700
Total dos ativos		814.865	32.934	-	847.799	847.799
Passivos financeiros						
Fornecedores	14	-	-	212.401	212.401	212.401
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	15	-	-	595.833	595.833	595.833
Adiantamentos de Clientes	20	-	-	9.332	9.332	9.332
Créditos de Clientes	20	-	-	6.791	6.791	6.791
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.845.131	1.845.131	2.446.753
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	154.072	-	154.072	154.072
Total dos passivos		-	154.072	2.669.488	2.823.560	3.425.182

					Valor Contabil	Consolidado Valor Justo
	Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	2017	2017
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	05	345.551	-	-	345.551	345.551
Aplicações financeiras	05	53.085	-	-	53.085	53.085
Contas a receber de clientes	07	389.279	-	-	389.279	389.279
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	85.591	-	85.591	85.591
Total dos ativos		787.915	85.591	-	873.506	873.506
Passivos financeiros						
Fornecedores	14	-	-	801.807	801.807	801.807
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	15	-	-	41.819	41.819	41.819
Adiantamentos de Clientes	20	-	-	37.520	37.520	37.520
Créditos de Clientes	20	-	-	1.115	1.115	1.115
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.927.978	1.927.978	1.927.978
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	44.034	-	44.034	44.034
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	139.636	-	139.636	139.636
Total dos passivos		-	183.670	2.810.239	2.993.909	2.993.909

					Valor Contabil	Consolidado Valor Justo
	Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	2016	2016
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	05	142.824	-	-	142.824	142.824
Aplicações financeiras	05	93.998	-	-	93.998	93.998
Banco Conta vinculada	06	23.128	-	-	23.128	23.128
Contas a receber de clientes	07	474.090	-	-	474.090	474.090
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	27.234	-	27.234	27.234
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	5.724	-	5.724	5.724
Total dos ativos		734.040	32.958	-	766.998	766.998
Passivos financeiros						
Fornecedores	14	-	-	153.771	153.771	153.771
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	15	-	-	595.833	595.833	595.833
Adiantamentos de Clientes	20	-	-	9.704	9.704	9.704
Créditos de Clientes	20	-	-	7.559	7.559	7.559
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.845.140	1.845.140	2.446.753
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	154.084	-	154.084	154.084
Total dos passivos		-	154.084	2.612.007	2.766.091	3.367.704

Hierarquia ao valor justo

A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas, e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1- preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração. Um preço cotado em um mercado ativo apresenta a evidência mais confiável do “valor justo” e deve ser usado sempre que disponível.

Nível 2- preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados que não são ativos (mercados em que há poucas transações para os ativos ou passivos), dados que não sejam preços cotados observáveis para um ativo ou passivo e dados que sejam derivados ou corroborados principalmente por dados observáveis no mercado por correlação ou outros meios.

Nível 3- são dados não observáveis para um ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o “valor justo” quando dados observáveis não estão disponíveis e devem refletir as expectativas da própria unidade de negócio sobre o que os participantes do mercado usariam como premissas para precificar um ativo ou passivo, incluindo premissas de risco. Nenhum instrumento financeiro detido tem as características da categoria de Nível 3.

Abaixo apresentamos ativos e passivos da controladora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Notas	Controladora			Consolidado		
		Nível 1	Nível 2	2017	Nível 1	Nível 2	2017
Ativos financeiros							
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	85.554	85.554	-	85.591	85.591
Total dos ativos		-	85.554	85.554	-	85.591	85.591
Passivos financeiros							
Fornecedores	14	-	801.502	801.502	-	801.807	801.807
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	15	-	41.819	41.819	-	41.819	41.819
Empréstimos e financiamentos	16	-	1.927.974	1.927.974	-	1.927.978	1.927.978
Adiantamentos de Clientes	20	-	33.799	33.799	-	37.520	37.520
Créditos de Clientes	20	-	617	617	-	1.115	1.115
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	44.034	44.034	-	44.034	44.034
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	139.636	139.636	-	139.636	139.636
Total dos passivos		-	2.989.381	2.989.381	-	2.993.909	2.993.909

	Notas	Controladora			Consolidado		
		Nível 1	Nível 2	2016	Nível 1	Nível 2	2016
Ativos financeiros							
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	27.234	27.234	-	27.234	27.234
Banco Conta Vinculada	06	-	20.865	20.865	-	23.128	23.128
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	5.700	5.700	-	5.724	5.724
Total dos ativos		-	53.799	53.799	-	56.086	56.086
Passivos financeiros							
Fornecedores	14	-	212.401	212.401	-	153.771	153.771
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	15	-	595.833	595.833	-	595.833	595.833
Empréstimos e financiamentos	16	-	1.845.131	1.845.131	-	1.845.140	1.845.140
Adiantamentos de Clientes	20	-	9.332	9.332	-	9.704	9.704
Créditos de Clientes	20	-	6.791	6.791	-	7.559	7.559
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	154.072	154.072	-	154.084	154.084
Total dos passivos		-	2.823.560	2.823.560	-	2.766.091	2.766.091

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resumo dos instrumentos financeiros derivativos consolidados

Consolidado						
Instrumento	Posição	Indexador	Valor de Referência		Valor Justo	
			2017	2016	2017	2016
Designados para Hedge accounting						
Risco Cambial						
NDF	Comprado	USD/BRL	-	US\$ (351.823) US\$	-	6.047
Total					-	6.047
Risco de preços de commodities						
NDF	Comprado	Cobre	5.234	tons 4.300 tons	10.409	11.583
Compromisso firme de vend:	Vendido	Cobre	(5.234)	tons (4.300) tons	(10.409)	(11.583)
NDF	Vendido	Cobre	(14.691)	tons (7.407) tons	(8.397)	(2.950)
NDF	Vendido	Ouro	(8.776)	Oz (11.225) Oz	534	3.182
NDF	Vendido	Prata	(87.251)	Oz (333.888) Oz	245	1.132
NDF	Vendido	Zinco/Estanho/Chumbo	(1.852)	tons (1.230) tons	272	(399)
Derivativo embutido	Vendido	Cobre	(38.157)	tons (44.348) tons	(38.947)	16.412
Derivativo embutido	Vendido	Ouro	(9.658)	Oz (11.096) Oz	591	2.420
Derivativo embutido	Vendido	Prata	(526.914)	Oz (352.908) Oz	1.668	1.390
Total					(44.034)	21.187
Total derivativos designados para hedge accounting					(44.034)	27.234
Não designados para Hedge accounting						
Risco de preços de commodities						
Compromisso firme de vend:	Comprado	Cobre	-	tons - tons	(46)	-
NDF	Comprado	Cobre	-	tons (2.348) tons	16.162	-
NDF	Comprado	Ouro	-	Oz (11.165) Oz	(3.301)	-
NDF	Comprado	Prata	-	Oz (196.565) Oz	(2.056)	(38.714)
NDF	Comprado	Zinco/Estanho/Chumbo	-	tons (65) tons	(1.157)	456
Derivativo embutido	Comprado	Cobre	-	tons - tons	(68.698)	-
Derivativo embutido	Comprado	Prata	-	Oz 352.396 Oz	-	(112.134)
Derivativo embutido	Comprado	Lama Anódica	-	tons - tons	4.896	-
Total					(54.200)	(150.392)
Hedge Econômico - Variação Cambial USD / BRL						
Futuros BM&F	Comprado	USD Futuro	-	-	-	1.702
Total					-	1.702
Risco de taxa de Juros						
Swap	Comprado	Libor 3M/6M + VC	6.603	US\$ 59.904 US\$	22.202	196.767
Swap	Vendido	Pré + VC	(6.603)	US\$ (59.904) US\$	(22.047)	(196.437)
Total					155	330
Total demais derivativos					(54.045)	(148.360)
Total					(98.079)	(121.126)
Ativo Circulante					85.591	32.958
Passivo Circulante					(183.670)	(154.084)

28.5 Riscos de mercado

28.5.1 Risco cambial

A Companhia possui ativos e passivos, assim como operações futuras que envolverão receitas e custos todos denominados ou indexados em moeda estrangeira que não é a moeda funcional da Companhia.

A Política estabelece que a gestão de riscos tenha como objetivo a proteção contra o risco cambial do fluxo projetado denominado em moeda estrangeira por meio do uso de operações de balcão (NDF - *Non Deliverable Forward*) e instrumentos financeiros não derivativos (passivos indexados ao dólar).

A exposição em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir:

		Controladora / Consolidado	
	Posição	2017 USD	2016 USD
Objeto			
Receita Prêmio Projetada	Comprado	1.206.643	1.351.816
Instrumento			
NDF - Designados para hedge accounting	Vendido	(221.823)	(351.823)
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(624.934)	(632.985)
Fornecedores	Vendido	(359.886)	(367.008)
Derivativos não designados para hedge accounting			
NDF (USD/BRL)	Vendido	(27.000)	-
Ativos/Passivos não designados para hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(356.422)	(64.342)
Fornecedores	Comprado	-	(28.639)
Exposição líquida total		(383.422)	(92.981)

28.5.2 Risco de taxas de juros

A Companhia possui exposições pós-fixadas a Libor, CDI, TJLP e Taxa de Juros Resolução 635/87 decorrentes de aplicações e empréstimos. O risco de Libor concentra-se nas operações de *Trade Finance*, para as quais foram feitas operações de Libor contra Taxa Fixa para a sua proteção.

A exposição às taxas de juros está demonstrada no quadro a seguir:

		Controladora/Consolidado	
		2017	2016
Designados para Hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	Libor	(1.112.650)	(765.572)
Derivativos - Swap	Libor	21.841	195.229
		(1.090.809)	(570.343)
Não designados para Hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(19.399)	(19.288)
		(19.399)	(19.288)
Empréstimos e financiamentos	T.Juros Res.635/87	(6.537)	(10.135)
		(6.537)	(10.135)
Aplicações	PRÉ	145.615	94.006
Empréstimos e financiamentos	PRÉ	(110.125)	(166.964)
		35.490	(72.958)

28.5.3 Risco de *commodities*

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Paranapanema, em suas atividades de negócio, adquire matéria-prima e vende produtos finais, ambos referenciados às quantidades de metais neles contidos e às cotações desses metais nas bolsas internacionais (*London Metal Exchange* e *London Bullion Market Association*).

A origem do risco de *commodities* é o descasamento entre os preços de venda e de compra dos metais contidos nos produtos e matérias primas.

A Política estabelece que a exposição ao risco de *commodities* de cada metal seja dada pelo descasamento entre a quantidade desse metal já precificada para a compra e a quantidade desse metal já precificada para a venda, e estabelece limites de exposição ao risco.

Por conta desta exposição, a Companhia tem por estratégia manter os custos em dólares dos metais em estoque flutuando com o preço do metal no mercado, e somente travá-los quando ocorrer a venda do metal e seu preço for conhecido.

					Controladora/Consolidado	
Cobre	Posição		2017		2016	
			Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	tons	45.939	1.087.618	36.395	652.495
Designados para Hedge accounting						
Derivativo embutido	Vendido	tons	(22.900)	(542.154)	(29.903)	(533.399)
Compromissos Firmes	Vendido	tons	(5.234)	(123.917)	(4.845)	(86.863)
NDF	Vendido	tons	(14.416)	(341.304)	(1.250)	(22.410)
Não designados para Hedge accounting						
Derivativo embutido	Vendido	tons	(26)	(606)	-	-
Compromissos Firmes	Vendido	tons	(5.085)	(120.396)	(1.999)	(35.839)
NDF	Comprado	tons	-	-	(2.348)	(42.089)
Exposição líquida total		tons	(1.722)	(40.759)	(3.950)	(68.105)
					Controladora/Consolidado	
Ouro	Posição		2017		2016	
			Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	Oz	12.016	51.425	14.015	52.641
Designados para Hedge accounting						
Derivativo embutido	Comprado	Oz	2.735	11.706	(9.777)	(36.725)
NDF	Vendido	Oz	(8.776)	(37.561)	(1.732)	(6.505)
Não designados para Hedge accounting						
Derivativo embutido	Comprado	Oz	-	-	5.593	21.008
Compromissos Firmes	Comprado	Oz	2.452	965	-	-
NDF	Vendido	Oz	(11.588)	(49.592)	(11.165)	(41.938)
Exposição líquida total		Oz	(3.161)	(23.057)	(3.066)	(11.519)
					Controladora/Consolidado	
Prata	Posição		2017		2016	
			Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	Oz	503.925	17.355	477.669	25.282
Designados para Hedge accounting						
Derivativo embutido	Vendido	Oz	(78.218)	(9.550)	(202.953)	(10.742)
NDF	Vendido	Oz	(87.251)	-	(333.888)	(17.672)
Não designados para Hedge accounting						
Derivativo embutido	Comprado	Oz	-	16.505	352.396	18.652
Compromissos Firmes	Comprado	Oz	37.345	1.616	-	-
NDF	Vendido	Oz	(363.511)	(24.358)	(196.565)	(10.404)
Exposição líquida total		Oz	12.290	1.568	96.659	5.116
					Controladora/Consolidado	
Outros	Posição		2017		2016	
			Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	tons	1.774	21.452	1.117	11.497
Designados para Hedge accounting						
NDF	Vendido	tons	(1.685)	(20.295)	(1.120)	(9.268)
Não designados para Hedge accounting						
Compromissos Firmes	Vendido	tons	(78)	(892)	(78)	(701)
NDF	Vendido	tons	(25)	(206)	(65)	(2.603)
Exposição líquida total		tons	(14)	59	(146)	(1.075)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28.5.4 Análise de sensibilidades

De forma a medir o impacto no resultado e no patrimônio líquido decorrente de variações dos dados de mercado na Companhia, foram efetuados cenários de choque em relação às taxas vigentes em 31 de dezembro de 2017, quadro a seguir. Conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08, a Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50%.

					Controladora/Consolidado			
	Nocional	Unidade	Fatores de Risco	Cenário Provável	Cenário Baixa		Cenário Alta	
					25%	50%	25%	50%
Impacto no resultado								
Risco Cambial								
Objeto de hedge								
Passivos	\$ 1.206.643	USD	USD	3.991.574	(997.894)	(1.995.787)	997.894	1.995.787
Instrumento de hedge								
NDF - Hedge de fluxo de caixa	\$ -221.823	USD	USD	(147.526)	-	-	-	-
Fornecedores	\$ -359.886	USD	USD	(424.584)	-	-	-	-
Empréstimos	\$ -624.934	USD	USD	(433.145)	-	-	-	-
Demais instrumentos não derivativos								
Passivos	\$ -356.422	USD	USD	(1.179.044)	294.761	589.522	(294.761)	(589.522)
Demais derivativos								
NDF	\$ -27.000	USD	USD	(457)	13.535	27.527	(13.535)	(27.527)
Swap	\$ -	USD	USD	-	-	-	-	-
Total	(383.422)			1.806.818	(689.598)	(1.378.738)	689.598	1.378.738
Risco de taxa de juros								
Objeto de hedge								
Passivos	\$ -336.351	USD	LIBOR	(402.790)	5.919	10.679	(3.598)	(8.357)
Instrumento de hedge								
Swap - Hedge de fluxo de caixa	\$ 6.603	USD	LIBOR	21.798	(38)	(76)	38	76
Demais instrumentos não derivativos								
Passivos	\$ -19.399	BRL	TJLP	(23.556)	703	1.454	(769)	(1.489)
Ativos	\$ 145.615	BRL	PRÉ	145.324	149	161	152	153
Passivos	\$ -110.125	BRL	PRÉ	(99.925)	2.477	5.208	(2.559)	(4.884)
Total	\$ -313.657			(359.149)	9.210	17.426	(6.736)	(14.501)
Risco de preço de commodities								
Instrumento de hedge								
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo	(5.234) tons	Cobre		(123.917)	30.979	61.959	(30.979)	(61.959)
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo Estoque	(14.416) tons	Cobre		(341.304)	85.326	170.652	(85.326)	(170.652)
Deriv. Embutido (Cobre) - Hedge de Valor Justo	(22.900) tons	Cobre		(542.154)	135.539	271.077	(135.539)	(271.077)
Não designados para hedge accounting								
Derivativo embutido	(26) tons	Cobre		(606)	152	303	(152)	(303)
Total	(42.576)			(1.007.981)	251.996	503.991	(251.996)	(503.991)
Não designados para hedge accounting								
NDF	(11.588) Oz	Ouro		(49.592)	12.398	24.796	(12.398)	(24.796)
Instrumento de hedge								
NDF	(8.776) Oz	Ouro		(37.561)	9.390	18.781	(9.390)	(18.781)
Derivativo embutido	2.735 Oz	Ouro		11.706	(2.927)	(5.853)	2.927	5.853
Total	(17.629)			(75.447)	18.861	37.724	(18.861)	(37.724)
Não designados para hedge accounting								
NDF	(363.511) Oz	Prata		(20.280)	5.070	10.140	(5.070)	(10.140)
Instrumento de hedge								
NDF	(87.251) Oz	Prata		(4.868)	1.217	2.434	(1.217)	(2.434)
Derivativo embutido	(78.218) Oz	Prata		(4.364)	1.091	2.182	(1.091)	(2.182)
Total	(528.980)			(29.512)	7.378	14.756	(7.378)	(14.756)
Instrumento de hedge								
NDF (Zinco, Chumbo e Estanho)	(1.685) tons	Outros Metais		(20.295)	5.074	10.148	(5.074)	(10.148)
Não designados para hedge accounting								
NDF	(25) tons	Outros Metais		(206)	52	103	(52)	(103)
Total	(1.710)			(20.501)	5.126	10.251	(5.126)	(10.251)
Total								
Premissas								
Taxa câmbio	Ptax - USD/BRL			3,3080	2,481	1,6540	4,1350	4,9620
Preço Cobre	Official Price Cash LME			\$7.157	5367,75	\$3.579	\$8.946	\$10.736
Preço Ouro	Official Price Cash LBMA			\$1.294	970,3125	\$647	\$1.617	\$1.941
Preço Prata	Official Price Cash LBMA			\$17	12,64875	\$8	\$21	\$25
Preço Zinco	Official Price Cash LME			\$3.309	2481,75	\$1.655	\$4.136	\$4.964
Preço Estanho	Official Price Cash LME			\$19.875	14906,25	\$9.938	\$24.844	\$29.813
Preço Chumbo	Official Price Cash LME			\$2.495	1871,25	\$1.248	\$3.119	\$3.743

28.6 Contabilidade de *hedge*

A Paranapanema adotou os seguintes programas de *hedge accounting*:

28.6.1 *Hedge* de Fluxo de Caixa de Receitas em dólares norte-americanos

O objetivo do programa é garantir que um percentual da receita equivalente ao prêmio das vendas indexadas ao dólar não seja impactado com variação cambial. A combinação do derivativo e da receita irá resultar numa entrada de fluxo de caixa fixa/constante baseada na taxa do dólar norte-americanos, garantida pelo instrumento financeiro derivativo.

O objeto de *hedge* é um percentual das receitas, equivalente aos prêmios futuros altamente prováveis, indexadas ao dólar norte-americano. O instrumento de *hedge* contratado para este programa são contratos a termo de moeda (NDF - *Non Deliverable Forward*) de USD/BRL. Além de instrumentos derivativos, a Companhia também utiliza, conforme autorizado pela Deliberação CVM nº 604/09, as variações das taxas de câmbio de instrumentos financeiros não derivativos como Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), Pré-pagamento de Exportação (PPE) e contratos de dívidas em dólares para mitigar o risco cambial decorrente de suas vendas futuras altamente prováveis em moeda estrangeira. Este programa foi implementado a partir de novembro de 2013 para os instrumentos de ACC e PPE e a partir de dezembro de 2013 para as demais dívidas como instrumento de *hedge*.

A variação cambial das dívidas é transferida para a conta de Ajuste de Valor Patrimonial e debitada da conta de Empréstimos e Financiamentos, quando o ajuste for favorável à Companhia. Caso contrário, é creditada na conta de Empréstimos e Financiamentos e debitada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial. O saldo apurado na conta de Ajuste de Valor Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento em que o objeto de *hedge* (neste caso o percentual da receita equivalente ao prêmio futuro) for realizado.

Com base no CPC 38, os instrumentos de *hedge* poderão ser rolados até o mês esperado para realização das receitas que contenham o percentual relativo a prêmios. O mês de realização é definido no momento da designação da relação de *hedge*.

28.6.2 *Hedge* de Valor Justo de Compromissos Firmes de Venda

O objetivo do *hedge* de Compromisso Firme de Venda é proteger o valor justo, em dólares norte-americanos (USD), do preço do cobre fixado nas vendas contra movimentos desfavoráveis do preço do cobre cotado na London Metal Exchange (LME).

O objeto de *hedge* são vendas futuras de cobre em dólares americanos (USD) com preço pré-fixado para clientes nos compromissos firmes de venda. Os instrumentos de *hedge* são derivativos de cobre com cotação na London Metal Exchange (LME).

A marcação a mercado dos contratos de derivativos designados para o *hedge* é contabilizada no Resultado Operacional, assim como os compromissos firmes de venda. A conta de Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o resultado operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia.

28.6.3 *Hedge* de Valor Justo de Estoques

O objetivo do *hedge* de Valor Justo de Estoques visa proteger o seu componente de custo mais relevante que é a porção metal (cobre, zinco, chumbo, estanho, ouro e prata) dos estoques, mantendo-os a mercado (preço do metal em reais) até que a venda seja realizada. Os custos de

transformação dos metais (mão de obra e insumos) não são representativos frente ao custo total do estoque e são denominados em reais, portanto, não são objetos de hedge de preço de metal ou de câmbio.

Os instrumentos de *hedge* de preço de metal são derivativos embutidos nos contratos de fornecimento de concentrado de cobre, que foram bifurcados dos contratos. Este programa foi implementado a partir de dezembro de 2013. Em 1 de março de 2014 foi implementado o *hedge* de valor justo de estoques utilizando derivativos em bolsa como instrumento de *hedge*, que protege a variação dos preços médios mensais à vista. Em 1 de maio de 2014 foi implementada mesma estratégia com derivativos em bolsa para os metais zinco, chumbo e estanho. Em 01 de junho de 2014 foi implementada mesma estratégia com derivativos em bolsa para ouro e prata. Em 1 de Janeiro de 2016 foi iniciada a marcação a mercado dos preços dos metais em reais via designação de instrumentos financeiros como *hedge* de câmbio.

Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos de valor justo de estoque são objeto de teste de efetividade retrospectivo e prospectivo respeitando os limites de 80% - 125% de efetividade para manter a relação de hedge. Sendo a porção inefetiva é registrada diretamente no resultado.

A marcação a mercado dos contratos de derivativos embutidos, em bolsa e instrumentos financeiros, é contabilizada no Resultado Operacional assim como o objeto de *hedge*, que é o Estoque de metal contido. A conta de Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia.

28.6.4 *Hedge* de Fluxo de Caixa de custo de metais

O objetivo do *hedge* é proteger o custo de cobre dos produtos vendidos para um determinado mês de venda, ajustando o custo dos produtos vendidos, por referências de preços idênticas ou próximas às referências de preços de cobre em dólar norte-americano, às receitas com a venda de cobre. Este *hedge*, em conjunto com o programa de *Hedge* de valor justo do estoque, permite que o custo do metal no CPV seja similar ao preço do metal da receita.

O objeto de *hedge* é o custo de cobre nos produtos vendidos para um determinado mês de venda. O instrumento de *hedge* são contratos futuros de cobre que têm como objetivo trocar referências de preços médios de cobre. Este programa foi implementado a partir de abril de 2014.

A marcação a mercado dos contratos de derivativos designados para *hedge* é contabilizada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial e debitada da conta de Derivativos a Receber quando o ajuste for favorável à Companhia. Caso contrário, é creditada na conta de Derivativos a Pagar e debitada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial. O saldo apurado na conta de Ajuste de Valor Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento em que o objeto de *hedge* for realizado.

28.6.5 *Hedge* de Fluxo de Caixa de pagamentos (CAPEX) em moeda estrangeira

O objetivo do programa é garantir que os pagamentos, referentes a aquisição de ativo imobilizado, indexados à moeda estrangeira não sejam impactados com variação cambial. A combinação do derivativo e do pagamento irá resultar numa saída de fluxo de caixa fixa/constante, baseada na taxa garantida pelo instrumento financeiro derivativo.

O objeto de *hedge* são os fluxos de desembolso futuros em moeda estrangeira (dólares americanos, dólares canadenses, euro). O instrumento de *hedge* contratado para este programa

são contratos a termo de moeda (NDF - *Non Deliverable Forward*) de USD/BRL, CAD/BRL e EUR/BRL, posição de Compra.

Em conformidade com os requerimentos de documentação que estão definidos no CPC38 e IAS39, a Companhia efetuou a designação formal de suas operações de *hedge* sujeitas à contabilidade *de hedge* (*hedge accounting*) documentando:

- i. O relacionamento do *hedge*;
- ii. O objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em fazer o *hedge*;
- iii. A identificação do instrumento de *hedge* (instrumento financeiro derivativo ou não derivativo);
- iv. O objeto de *hedge* ou posição protegida;
- v. A natureza do risco a ser coberto;
- vi. A descrição da relação de cobertura;
- vii. A demonstração da correlação entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge* quando aplicável;
- viii. A demonstração prospectiva e retrospectiva da efetividade do *hedge*.

As transações para as quais a Paranapanema fez a designação como *hedges* de fluxo de caixa são altamente prováveis. O diferimento dos ganhos e perdas não realizados dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos designados para proteção de riscos cambiais e taxas de juros foram feitos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Controladora/Consolidado	
Instrumento	Objeto	Indexador	Vencimentos		Referência	Valor de Mercado(*)	
							2017
Hedge de Fluxo de Caixa							
Derivativos - designados						Instrumento	
NDF - Encerrados	Receita em USD	USD/BRL	jan-17 a	dez-17	(285.502)	US\$	(32.886)
NDF - Provisão	Receita em USD	USD/BRL	jan-18 a	set -21	(221.823)	US\$	(147.526)
NDF - Encerrados	Dívidas USD	USD/BRL	jan-17 a	dez-17	(42.316)	US\$	-
NDF - Provisão	Dívidas USD	USD/BRL	jan-18 a	nov-36	(624.934)	US\$	-
NDF - Encerrados	Custo	Cobre	jan-17 a	dez-17	40.350	tons	6.954
NDF - Provisão	Custo	Cobre	dez-17 a		2.318	tons	81
Não derivativos - designados							
ACC/PPE - Encerrados	Receita em USD	USD/BRL	jan-17 a	dez-17	(42.316)	US\$	-
ACC/PPE - Provisão	Receita em USD	USD/BRL	jan-18 a	jun-30	(624.934)	US\$	(433.145)
Demais dívidas - Encerrados	Receita em USD	USD/BRL	jan-17 a	dez-17	-	US\$	-
Demais dívidas - Provisão	Receita em USD	USD/BRL	jan-18 a	nov-36	(359.886)	US\$	(424.584)
Derivativos - des-designados							
NDF - Encerrados		USD/BRL	jan-17 a	dez-17	-		(12.083)
Hedge de Valor Justo							
Derivativos							
NDF - Encerrados	Compromisso de venda	Cobre	jan-17 a	dez-17	7.733	tons	22.356
NDF - Provisão	Compromisso de venda	Cobre	jan-18 a	set-18	5.234	tons	10.409
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	dez-17		10.004	tons	(2.087)
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	jan-18 a	mar -18	28.153	tons	(36.860)
Derivativos Embutidos	Estoques	Ouro	dez-17		4.266	Oz	260
Derivativos Embutidos	Estoques	Ouro	jan-18 a	mar -18	5.392	Oz	331
Derivativos Embutidos	Estoques	Prata	dez-17		186.360	Oz	524
Derivativos Embutidos	Estoques	Prata	jan-18 a	mar -18	340.554	Oz	1.144
NDF - Encerrados	Estoques	Cobre	dez-17		9.875	tons	(946)
NDF - Provisão	Estoques	Cobre	jan-18		4.816	tons	(7.451)
NDF - Encerrados	Estoques	Zinco	dez-17		1.700	tons	246
NDF - Provisão	Estoques	Zinco	jan-18		92	tons	13
NDF - Encerrados	Estoques	Chumbo	dez-17		25	tons	(3)
NDF - Encerrados	Estoques	Estanho	dez-17		35	tons	16
NDF - Encerrados	Estoques	Ouro	dez-17		8.776	Oz	534
NDF - Encerrados	Estoques	Prata	dez-17		87.251	Oz	245

(*) Derivativos designados como hedge accounting de fluxo de caixa provisionados estão registrados no Patrimônio Líquido

	Controladora/Consolidado	
	Patrimônio Líquido	
	2017	2016
Derivativos designados para hedge accounting		
Risco de commodities	81	85
Risco cambial	(147.526)	(185.635)
	(147.445)	(185.550)
Não derivativos designados para hedge accounting		
Risco cambial - Operações liquidadas	-	17.986
Risco cambial - Operações em aberto	(857.729)	(879.917)
	(857.729)	(861.931)

28.7 Risco de crédito

A política de venda dos produtos da Companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que a Companhia está disposta a se sujeitar.

O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato de o crédito alavancar o poder de compra dos clientes.

O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez

econômica - financeira atual, incluindo a forma como o cliente faz a sua gestão de risco e suas perspectivas para o futuro.

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente, são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência do contas a receber. Além de procedimentos de verificação de capacidade de crédito, não há clientes que tenham saldos que individualmente representem mais do que 10% das receitas totais da Companhia. Desta forma, a Companhia não possui dependência em relação aos seus principais clientes.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia sempre realiza aplicações em instituições avaliadas com baixo risco por agências independentes de *rating*.

Riscos de Crédito	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativos					
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	343.678	139.492	345.551	142.824
Aplicações Financeiras	05	52.359	93.698	53.085	93.998
Banco Conta vinculada	06	-	20.865	-	23.128
Contas a receber de clientes	07	432.347	560.810	389.279	474.090
Outros Ativos	10	88.546	133.021	88.394	133.033
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	85.554	32.934	85.591	32.958
		1.002.484	980.820	961.900	900.031

28.8 Risco de liquidez

- a) A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acesso a recursos imediatos. A Companhia possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a eventual necessidade para liquidação junto a fornecedores, empréstimos ou financiamentos.
- b) O risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas, vide nota explicativa 1.

O quadro abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida existente em 31 de dezembro de 2017.

Os valores apresentados incluem principal e juros calculados, utilizando-se a taxa de dólares norte-americanos de conversão vigente em 31 de dezembro de 2017 (R\$3,1680/US\$1,0000) para as dívidas denominadas em dólares norte-americanos (PPE, ACC e Finimp), e as taxas de juros dos contratos vigentes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de liquidez			Controladora/Consolidado			
	Notas	Valor	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	345.551	345.551	-	-	-
Aplicações Financeiras	05	53.085	38.453	14.632	-	-
Contas a receber de clientes	07	389.279	371.384	17.895	-	-
Outros Ativos	10	88.394	6.850	81.544	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	85.591	85.591	-	-	-
		961.900	847.829	114.071	-	-
Passivos						
Empréstimos e Financiamentos	16	(1.927.978)	(95.915)	(73.779)	(1.320.685)	(437.599)
Adiantamentos de Clientes	20	(37.520)	(37.520)	-	-	-
Créditos de Clientes	20	(1.115)	(1.115)	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	(183.670)	(183.670)	-	-	-
Fornecedores	14	(801.203)	(801.203)	-	-	-
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	15	(41.819)	(41.819)	-	-	-
		(2.993.305)	(1.161.242)	(73.779)	(1.320.685)	(437.599)
Posição Líquida		(2.031.405)	(313.413)	40.292	(1.320.685)	(437.599)

28.9 Valor contábil / valor justo

A Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil em operações de curto prazo, haja vista que, nessas operações, o valor contábil é uma aproximação razoável ao valor justo (CPC-40/item 29), exceto para as operações de Empréstimos e Financiamento, onde foram apurados os seus valores justos e estão demonstrados nos quadros da nota explicativa 28.4-classificação de Instrumentos Financeiros.

28.10 Gestão do capital

O principal objetivo da gestão do capital da Paranapanema e suas Controladas é assegurar uma classificação de crédito forte (*rating*) perante as instituições e uma relação de capital adequada, a fim de embasar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia inclui, dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, instrumentos financeiros derivativos a pagar, menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos a receber.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	16	1.927.974	1.845.131	1.927.978	1.845.140
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	28	157.303	41.962	157.266	41.950
(-) Caixa e equivalentes de caixa	05	(343.678)	(139.492)	(345.551)	(142.824)
(-) Aplicações financeiras	05	(52.359)	(93.698)	(53.085)	(93.998)
(-) Banco conta vinculada	06	-	(20.865)	-	(23.128)
(-) Instrumentos financeiros derivativos a receber	28	(83.332)	(29.148)	(83.332)	(29.148)
(=) Dívida (Caixa) líquida		1.605.908	1.603.890	1.603.276	1.597.992
Inst. Fin. Derivativos Embutidos a pagar	28	26.404	112.134	26.404	112.134
(-) Inst. Fin. Derivativos Embutidos a receber	28	(2.259)	(3.810)	(2.259)	(3.810)
(=) Dívida (Caixa) líquida c/ Derivativos Embutidos		1.630.053	1.712.214	1.627.421	1.706.316
Patrimônio líquido	21	888.522	257.010	888.522	257.010
Quociente de alavancagem		64,38%	86,19%	64,34%	86,15%
Quociente de alavancagem c/ Deriv. Embutidos		64,72%	86,95%	64,68%	86,91%

29. Compromissos assumidos

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referentes à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d'Ávila, com vencimentos até fevereiro de 2023, e não sujeita a Companhia a nenhuma restrição.

A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

As obrigações mínimas futuras a pagar desse contrato, caso não seja cancelado antes do vencimento, são as seguintes:

	2017	2016
Até 1 Ano	1.304	1.392
de 2 a 6 anos	4.723	5.857
acima de 6 anos	-	170
	<u>6.027</u>	<u>7.419</u>

30. Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, as importâncias seguradas e limite de cobertura contratados nos respectivos ramos de seguros eram compostos por:

Ramo	Valor em Risco Declarado	Limite Máximo Indenizável
Risco Operacional	R\$ 1.348.203	R\$ 200.000
Responsabilidade Civil Geral	R\$ 11.000	R\$ 22.000
Responsabilidade Civil Diretores e Administradores (D&O)		R\$ 65.000
Transportes (território nacional)	R\$ 21.000.000	R\$ 21.000.000
Seguro de Crédito Exportação	USD 70.000	USD 4.312
Transportes (território internacional)	USD 3.150.000	USD 3.150.000
Ações Judiciais e Financeiras		Valor Estipulado para Causa defendida
Veículos		100% do valor do veículo (Base Tabela FIPE)
Vida em Grupo		30 x salário base

31. Previdência privada

Os planos de previdência complementar instituídos pela Companhia e empresas controladas são um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e um Plano de Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, respectivamente, com administração contratada à BrasilPrev e viabilizada com as contribuições da Companhia, empresas controladas e dos empregados, cujas principais características são resumidas abaixo:

PGBL/VGBL: Depois de atendidos os pré-requisitos cumulativos de 120 meses de contribuição e 60 anos de idade, os beneficiários terão direito de resgatar 100% da poupança formada por eles e pela Companhia e suas empresas controladas, da mesma forma no caso de ocorrência de falecimento ou invalidez permanente. Em caso de desligamento da Companhia antes de se tornar elegível, o beneficiário terá direito à retirada de, no máximo, 80% do valor depositado pela Companhia respeitando a política a qual prevê direito de 1% por mês contribuído.

Portanto, os planos não incluem benefícios de risco e, assim, não produzem passivos atuariais. No caso de opção do participante por renda vitalícia, a responsabilidade pela manutenção da reserva, conforme contrato, é da BrasilPrev.

O valor das contribuições efetuadas aos planos pela Companhia e empresas controladas em 2017 foi de R\$2.075 (R\$2.231 em 2016).

32. Plano de remuneração variável

Termos e condições gerais

Beneficiários: Os Executivos da Companhia, ocupantes das posições de Diretor, Gerente ou Chefe, são elegíveis ao Programa de Remuneração Variável. Composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e de Longo Prazo (ILP). O ICP e ILP estão atrelados ao conceito de metas individuais e coletivas pré-definidas, sendo que no fechamento de cada exercício avalia-se o percentual de atingimento das metas.

Até 2016, o ILP era baseado em ações, utilizando um conceito de *phantom shares*, de forma que, ao final de cada exercício, as metas atingidas no período de janeiro a dezembro eram convertidas em URVs, baseadas no desempenho, variação e valor das ações da Paranapanema (PMAM3), distribuídas em períodos denominados *vesting*. As obrigações referentes as URV's distribuídas até 2016, serão mantidas conforme as regras contidas neste parágrafo.

A partir de 2017, foi aprovado pelo Conselho de Administração, que o ILP não está mais vinculado ao desempenho das ações (*phantom shares*), sendo calculado em múltiplos de salário e baseados em metas coletivas definidas pelo Conselho de Administração e metas individuais previamente acordadas.

As condições e regras do Programa de Remuneração Variável podem ser alteradas a qualquer momento pela Companhia, as quais devem ser expressamente informadas ao elegível.

Condições para exercício: o instrumento particular determina que terão direito à concessão e pagamento das remunerações variáveis os elegíveis que atingirem as metas previstas para o exercício, de acordo com as regras estabelecidas no instrumento.

O instrumento prevê as seguintes condições para exercício das remunerações variáveis:

O elegível tem direito ao pagamento do ILP desde que seu contrato de trabalho esteja ativo.

- I. No caso de suspensão do contrato por invalidez, não haverá pagamento enquanto o contrato permanecer suspenso.
- II. No caso de falecimento, os herdeiros e/ou sucessores receberão os direitos aos quais o elegível faria jus até o falecimento, na proporção de 50%.

Crítérios para fixação do prazo de exercício: Salvo nas condições de não aquisição mencionadas acima, o ILP será diferido em 2 (duas) parcelas, com pagamentos anuais, ou seja, 50% dos múltiplos de salário base por ano, sendo que o primeiro pagamento somente ocorrerá 1 ano após a concessão do ILP. O montante concedido será o múltiplo de salários base vigente em 31 de dezembro do ano anterior ao pagamento.

Forma de liquidação: A liquidação se dá em folha de pagamento em favor do elegível, quando satisfeitas todas as condições estabelecidas.

Phantom Shares até o exercício de 2016:

Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício: Em cada ano de pagamento das *phantom shares*, a quantidade de direito ($\frac{1}{4}$ por ano) será multiplicada pelo valor médio da ação da PMA (PMAM3) de janeiro a dezembro do ano anterior ao pagamento.

Restrições à transferência das ações: O exercício das *phantom shares* não implica na concessão de ações da Companhia, sendo a remuneração a elas atrelada paga em espécie. Os direitos e obrigações decorrentes do instrumento individual não poderão ser em hipótese alguma, cedidos ou transferidos a terceiros, tampouco oferecidos como garantia de obrigações.

Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente: A Companhia completou durante o primeiro trimestre de 2017 o segundo ciclo de avaliação referente ao exercício de 2016, onde foram concedidas as *phantom shares* que serão diferidas em 4 anos, aos elegíveis que estiveram dentro dos critérios estabelecidos no instrumento individual, e a aprovação ocorreu em 29 de abril de 2017 mediante a aprovação das Demonstrações Financeiras de 2016, na A.G.E. O valor provisionado em 2017 foi de R\$224 (R\$2.099 em 2016).

33. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

a) Transações das atividades de investimento e financiamento que não envolvem caixa

	2017	2016
Atividades de investimento		
Valor residual de ativo permanente baixado	701	6.760
Depreciação, amortização	126.573	141.862
Ganhos encargos financeiros	96	86
Impairment / Prov. Perdas	2.804	13.102
Adições em imobilizado e intangível	130.174	161.810
Atividades de financiamento		
Empréstimos e Financiamentos convertidas em Debentures	(170.522)	-
ACC cumpridas com faturamento	(8.969)	-
Operações com Forfait refinanciadas como CCB / Finimp	148.697	-
Operações com Forfait refinanciadas como PPE	207.847	-
Custos de transação - reperfilamento	(30.874)	-
Encargos Financeiros	152.368	(288.015)
	298.547	(288.015)

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reconciliação da dívida líquida

	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	1.927.978	1.845.140
Operações com forfaiting e cartas de crédito	41.819	595.833
Instrumentos financeiros derivativos	98.079	121.126
Endividamento	2.067.876	2.562.099
Caixa e equivalentes de caixa	345.551	142.824
Aplicações financeiras	53.085	93.998
Banco conta vinculada	-	23.128
Caixa Total	398.636	259.950
Dívida Líquida	1.669.240	2.302.149

	Empréstimos e Financiamentos	Operações com forfait e cartas de crédito	Instrumentos financeiros derivativos	Endividamento	Caixa Total	Dívida Líquida
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2016	1.845.140	595.833	121.126	2.562.099	259.950	2.302.149
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(215.709)	(72.278)	15.058	(272.929)	138.686	(411.615)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	298.547	(481.736)	(38.105)	(221.294)	-	(221.294)
Aquisição/novos arrendamentos	-	31.199	-	31.199	-	31.199
Encargos financeiros e variações cambiais	152.368	33.087	-	185.455	-	185.455
Refinanciadas como CCB / Finimp	148.697	(148.697)	-	-	-	-
Refinanciadas como PPE	207.847	(207.847)	-	-	-	-
Convertida em Debentures	(170.522)	(189.478)	-	(360.000)	-	(360.000)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(38.105)	(38.105)	-	(38.105)
Custos de transação - reperfilamento	(30.874)	-	-	(30.874)	-	(30.874)
ACC cumpridas com faturamento	(8.969)	-	-	(8.969)	-	(8.969)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2017	1.927.978	41.819	98.079	2.067.876	398.636	1.669.240